

1

2001

NOITES  
DE SOCIOLOGIA  
(2001):

Imigrantes  
em Portugal

Democracia  
e Participação  
Política

Ciência,  
Ambiente e Risco

CONTEXTOS  
DE SOCIOLOGIA



Associação Portuguesa de Sociologia

<b>1</b>	<b>2001</b>	
<b>Índice</b>	<b>Nota de Abertura</b>	
	Carlos Fortuna	2
	<b>Noites de Sociologia (2001):</b>	
	<b>1</b>	
	<b>Emigrados em Portugal</b> (26 de Abril/2001)	
	Maria Baganha	3
	Fernando Luís Machado	6
	Rui Pena Pires	10
	Pedro Moura Ferreira (Moderador)	
	<b>2</b>	
	<b>Democracia e Participação Política</b> (3 de Maio/2001)	
	Manuel Villaverde Cabral	13
	André Freire	18
	José Manuel Mendes	21
	Carlos Fortuna (Moderador)	
	<b>3</b>	
	<b>Ciência, Ambiente e Risco</b> (10 de Maio/2001)	
	Eduarda Gonçalves	26
	Luísa Schmidt	31
	Maria das Dores Guerreiro (Moderadora)	

## Nota de Abertura

Este é o primeiro número da nova publicação da APS: *Com/n/textos de Sociologia*.

Trata-se de uma publicação seriada, não-periódica, com que a APS pretende doravante tornar disponíveis contribuições sociológicas avulsas, produzidas nas várias realizações científicas e profissionais da própria Associação e das suas Secções Temáticas.

*Com/n/textos de Sociologia* é um veículo de informação sociológica que vem juntar-se a outros suportes informativos e publicações da APS. Não pretende concorrer com o plano editorial de outras publicações de Sociologia e, mais amplamente, de Ciências Sociais já consagradas em Portugal. Ao contrário, será mesmo desejável que os materiais contidos na *Com/n/textos de Sociologia* possam surgir também noutras publicações especializadas.

O objectivo principal da *Com/n/textos de Sociologia* é, esse sim, o de evitar que se possam dispersar e perder contributos valiosos para a Sociologia e as Ciências Sociais em Portugal que, produzidos em Encontros ou Seminários organizados no âmbito das actividades da APS, encontram agora um veículo próprio para a sua divulgação.

Se o surgimento de uma nova publicação é sempre motivo de regozijo, este primeiro número da *Com/n/textos de Sociologia* é-o de uma maneira muito especial. Por um lado, torna acessíveis as reflexões produzidas no quadro da última edição — a nona — das já clássicas “Noites de Sociologia”, que a APS organiza desde há anos em colaboração estreita com a Livraria Barata. Por outro lado, e por isso mesmo, denota uma assinalável variedade e actualidade de conteúdos temáticos e modos de análise e abordagem.

A seu modo, estas variedade e actualidade são reveladoras dos “arquipélagos de saber” que dão forma própria à natureza da Sociologia portuguesa de hoje. A nova publicação, esse é o seu desígnio maior, há-de por certo continuar a dar conta dos *textos* e dos *contextos*, tão variados uns como outros, que vão marcando os modos de fazer Sociologia em Portugal.

Lisboa, Agosto de 2001

Carlos Fortuna  
Presidente  
Associação Portuguesa de Sociologia

# 1

## Emigrados em Portugal

**Maria Baganha**

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Pedi-me a APS para introduzir o debate de hoje sobre a Imigração em Portugal, caracterizando muito brevemente a evolução deste processo no nosso país. Assim sendo vou apresentar muito brevemente o que foi e o que é a imigração em Portugal começando por uma breve cronologia.

Em Portugal temos neste momento, de acordo com os dados do SEF cerca de 210 mil imigrantes legais e um nº de ilegais que não sabemos muito bem qual será mas que estimámos situar-se entre 60 a 80 mil pessoas. O que significa que, grosso modo temos 300 mil estrangeiros a viver entre nós o que, dado que seremos 10 milhões de pessoas, corresponde a 3%, ou seja, uma gota de água no oceano. Parece, assim, não haver nenhuma razão para estarmos aqui hoje a debater este problema, dado que ele é de uma magnitude relativamente pequena. As coisas não são exactamente assim, pois como sabem, os fenómenos migratórios tendem a concentrar-se nas grandes cidades e Portugal não foge a essa regra, daí que 80%, de todos os imigrantes dos países africanos de expressão portuguesa estejam concentrados na Área Metropolitana de Lisboa, percentagem que, por exemplo, sobe para os 90% no caso dos guineenses.

As procedências ou os locais de origem deste fluxo migratório são bastante fáceis de localizar quando se pensa no caso português. Mais ou menos 50% destes imigrantes têm origem em países africanos de expressão portuguesa e os restantes 50% têm origem ou na Europa, ou no Brasil, havendo, obviamente, uma pequena franja que está a diversificar-se e a ganhar alguma significância numérica mas que ainda não representará mais do que 1% ou 2% do total. Isto significa o quê? Significa fundamentalmente que a imigração é muito jovem em Portugal, um fenómeno muitíssimo recente, que está ligado a 2 acontecimentos importantes. O 1º foi o fim do Império português e com ele a vinda para Portugal de 400 mil pessoas ou 500 mil [enfim, não sabemos muito bem, o Rui Pena Pires sabe isso melhor que ninguém em Portugal], uma franja deste número seria de ascendência africana. O que aconteceu foi que, pela Lei 308/A de 1975 retroactivamente o Estado Português vai retirar a nacionalidade portuguesa a uma parte destas pessoas e vai criar retroactivamente a 1ª comunidade imigrante com valores numéricos significativos. Depois, até 1981 existiu um processo de reunificação familiar que é lento. Em 1981 tínhamos 27 mil pessoas dos Palops registadas legalmente no país, portanto uma gota de água comparado com os 100 mil que neste momento temos. E este 1º momento, dá lugar a um 2º momento que agora tem a ver com o movimento inverso deste final do império, ou seja, com o retorno à Europa. E o retorno à Europa está marcado com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986 e está também marcado pela vinda de fundos estruturais comunitários para Portugal que, devido a uma opção governamental da altura, vão ser fundamentalmente investidos em infra-estruturas viárias e rodoviárias. O que vai acontecer, é que se vão gerar, a partir dessa altura, novas oportunidades de trabalho e que essas novas oportunidades de trabalho vão ser substancialmente satisfeitas através daquilo que eu chamaria uma “imigração em cadeia”, em que aos imigrantes do Palops e à comunidade dos Palops já instalada, em alguns casos de nacionalidade portuguesa se vêm juntar familiares que tinham ficado, conterrâneos, vizinhos, amigos, etc.

Ora bom, e isto leva-me a falar de um novo tópico que é a forma de entrada em Portugal destas populações. A forma de entrada, para além da reunificação familiar, faz-se essencialmente com vistos de curta duração, sejam eles de turismo, por motivos de saúde, por estudo, ou para acompanhar doentes, ou por outro motivo de entrada que dá direito a um visto de curta duração. O que significa, dado o montante de população que vamos vendo aparecer nos registos do SEF, que fundamentalmente temos um período de ilegalidade

seguido de uma regularização. As grandes regularizações que tivemos em Portugal foram as de 1992, a de 1996 e aquela que está em curso neste momento. A de 1992 teve 39 mil pedidos de regularização e destes apenas 16 mil foram satisfeitos, o que significa que um nº bastante significativo de pessoas, que não foram regularizadas em 1992, o venham a ser em 1996. O interessante é ver que esta 1ª regularização é feita, digamos, com intuitos securitários e dentro do espírito que então imperava na Europa de "imigração zero". A 2ª regularização é feita com o intuito de integrar a comunidade já presente no território nacional. A última, a regularização em curso, obedece, ainda, a um 3º objectivo que é satisfazer as necessidades do mercado de trabalho e sobre ela falaria depois do Rui Pena Pires falar de políticas imigratórias.

Qual é o perfil sócio-demográfico dos imigrantes? Aquele que é típico das migrações económicas: há uma maior percentagem de homens presentes no fluxo, existe, obviamente, uma preponderância da população em idade activa e existe, também, uma marcada entrada em segmentos específicos do mercado de trabalho português. No caso dos Palops, esses segmentos são para os homens a construção civil e para as mulheres as limpezas industriais ou domésticas. Para os homens também tem alguma relevância os serviços de segurança. Estes segmentos estão abertos tanto às populações dos Palops como a todos aqueles que eu chamaria, de proletários internacionais, quer venham do Zaire, Senegal, etc.

Temos depois um outro segmento de mercado para a população que vem da Europa que fundamentalmente se pode enquadrar no grupo de profissões técnicas e científicas ou altos quadros. Finalmente os brasileiros apresentam uma muito maior diversidade de ocupações que tanto podem ir desde os altos quadros e das profissões técnicas aos serviços pessoais e domésticos. Em termos de inserção no mercado de trabalho, ainda, gostaria de chamar a atenção para o facto de que a posição dos imigrantes de ancestralidade ou de origem africana é subordinada, isto é, 80 a 90% trabalham por conta de outrem, enquanto que os brasileiros e sobretudo os europeus apresentam sensivelmente mais de 40% de pessoas que trabalham por conta própria ou em profissões liberais.

Em termos de relações com a sociedade receptora, já chamei à atenção para o facto de que a imigração dos Palops se centra fundamentalmente na área metropolitana de Lisboa e como tal a relação com a sociedade receptora é mais visível e mais intensa nesta zona. Todas as vezes que foram feitos inquéritos, os portugueses entenderam que havia demasiados imigrantes em Portugal. Todas as vezes em que foram feitos inquéritos em que foi perguntado qual era o grupo étnico ou minoritário com o qual os portugueses mais simpaticizavam ou antipaticizavam, é interessante verificar que os imigrantes não se encontram entre os grupos pelos quais os portugueses sentem uma particular antipatia. Fundamentalmente, o imigrante é visto pela sociedade portuguesa como alguém que pode vir para cá trabalhar, mas como alguém que, fundamentalmente, não deve concorrer com os benefícios que os próprios portugueses detêm na sociedade e no mercado de trabalho português.

Em termos da imigração gostaria de acrescentar que aquilo que acabo de dizer está em franca transição e mudança, particularmente a partir de 96 e concretamente devido à entrada de Portugal no espaço Schengen. A entrada de Portugal no espaço Schengen vai suprimir a necessidade de autorização prévia de visto a uma série de nacionalidades, entre os quais os ucranianos, os moldavos e os romenos. A consequência directa desta não necessidade de visto prévio é que as máfias, que nessa altura já se encontravam em funcionamento, sobretudo, para a Alemanha, vão estender a sua rede de tráfico a Portugal. Facto que aliás vai ser facilitado com um artigo da Lei de 98 que veio permitir a possibilidade de pedidos de regularização depois da permanência no país ao abrigo de razões humanitárias. Isto tornou Portugal mais atractivo para a colocação dessa mão-de-obra. Devo chamar a atenção de que não é unicamente por essa razão que isto se passa, uma vez que Portugal tem de facto pleno emprego, neste momento, e Portugal tem de facto necessidade de mão-de-obra em vários sectores. Ou seja, as redes de tráfico estão a colocar pessoas no interior de Portugal porque sabem, e é um facto, que Portugal tem necessidade dessa mão-de-obra. Evidentemente, a forma como isso está a ser feito é que tem vários efeitos perversos. Para tentar resolver esses efeitos perversos, e é aqui onde estamos no momento presente, saiu a Lei 4 de 2001 que fundamentalmente veio dizer o seguinte: o imigrante que tiver um contrato de trabalho, ou apenas uma promessa de contrato de trabalho, poderá ser regularizado estando em Portugal, dispensando-o, assim, de obter o visto prévio fora de Portugal para

entrar no nosso mercado de trabalho. Como sabem, neste momento, já foram regularizadas dezenas de milhar de pessoas e tanto quanto os dados indicam sensivelmente metade destas regularizações são de imigrantes de Leste, 20% são de brasileiros e os restantes de uma série de outras nacionalidades. Qual é o problema? Uma vez que o que se está a passar é que o imigrante tem de estar em Portugal para ser regularizado e tem de ter uma promessa de trabalho, há 3 perigos concretos: o 1º é desenvolvermos um mercado negro de venda de contratos de trabalho ou promessas de contrato de trabalho, o que aliás aconteceu na Itália com um processo semelhante, o 2º, é o de a partir do momento em que a pessoa é regularizada entrar imediatamente na economia informal logo que tenha os papeis em ordem em termos de mercado de trabalho e inserção económica e o 3º efeito perverso é que estamos a dizer às máfias ou aos traficantes de mão de obra algo como: “ponham-nos cá que nós tratamos do resto”. Quando se manda um recado como este lá para fora é evidente que o que estamos a fazer é tornar a mercadoria e o tráfico mais caro. Ou seja, se anteriormente, sem qualquer segurança, custava 1000 dólares pôr um imigrante ilegalmente em Portugal, neste momento que a segurança existe, é evidente que o preço vai subir. Uma vez que as condições do tráfico se vão tornar mais aliciantes.

Tema emergente, como é que nós vamos regular as várias necessidades que temos? Por um lado temos necessidades geo-estratégicas que têm a ver com as nossas relações históricas privilegiadas, por outro lado temos obrigações humanitárias, convém não esquecer a crescente pressão de povos que na realidade estão excluídos de todas as benesses do 1º mundo a começar muitas vezes por água potável e finalmente temos uma 3ª preocupação que é satisfazer as necessidades de trabalho do mercado e da economia portuguesa. Como é que o vamos fazer? Eu suponho que o Rui vai responder a essa pergunta, quanto a mim, e em termos de caracterização geral, deixava a caracterização por aqui.

# 1 Emigrados em Portugal

**Fernando Luís Machado**

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas

Eu quero, nesta apresentação, responder essencialmente a 3 tipos de questões. A 1ª é a que tem a ver com as tendências que se podem esboçar relativamente à imigração em Portugal e aos imigrantes; a 2ª. é uma perspectiva comparativa, como é que Portugal se situa a esse respeito face nomeadamente aos restantes países da União Europeia; a 3ª tem a ver com questões mais de natureza política, 2 ou 3 tópicos, uma vez que o Rui Pena depois irá pegar mais nessas questões.

Relativamente às tendências acho que há 2 coisas bastante claras. Uma é que a imigração vai continuar, a pressão migratória vai continuar, portanto, está a assistir-se, penso eu, a algumas alterações de recrutamento e de países de origem, mas não haverá um abrandamento. Poderá haver intenções políticas de abrandamento e de controlo, mas isso não quer dizer que tenha sempre efeitos concretos. A outra tendência é a da sedentarização dos migrantes que entraram, nomeadamente dos migrantes africanos.

Relativamente à continuidade da imigração e recorrendo a factores de natureza estrutural que penso que são muito claros, digamos que Portugal tem todos os factores que outros países da União Europeia têm para que haja imigração e ainda têm alguns, ou um em particular, adicional. Os que são comuns aos outros países da União Europeia, os factores de atracção de imigrantes que são comuns aos de outros países da União Europeia passam essencialmente pela demografia e pelo envelhecimento da população. São tendências pesadas de envelhecimento que vão alterar o equilíbrio entre activos e não activos e a reposição desse equilíbrio entre activos e não activos vai passar, não só por esse canal, haverá outro tipo de soluções que se podem equacionar, mas em termos mais práticos, até, suscita a imigração. Há projecções das Nações Unidas que dizem coisas do tipo até ao ano 2050 a União Europeia precisa de 30 milhões ou de 40 milhões de imigrantes. Isto é um factor pesado e Portugal partilha-o com os outros países da União Europeia. Portanto, é um factor que vai ditar, julgo eu, que a pressão imigratória continue a fazer-se sentir, sem falar dos factores chamados de repulsão, aqueles que nos países de origem dos migrantes fazem com que eles saiam ou desejem sair.

O factor adicional que Portugal tem e que os outros países da União Europeia não têm é a emigração, de que se fala muito pouco, hoje em dia, fora dos círculos dos que estudam estas questões, aí fala-se já bastante outra vez mas em círculos mais amplos fala-se pouco, e a emigração é um grande factor de imigração. E Portugal continua a ter, embora não em proporções como as que existiram nos anos 60, nada que se pareça com isso, mas em proporções ainda significativas, continua a ter a emigração, dita temporária, mas que se torna definitiva. A Maria Baganha já o tem referido mais que uma vez, há países, por exemplo a Suíça, multiplica por 10 ou mais o nº. de portugueses aí residentes em 1983 e 1996, passam de 13 mil para 130 mil, para dar um exemplo. Países que não tinham muita tradição de recepção de portugueses migrantes laborais, como a Inglaterra, passam a ter muitos migrantes laborais portugueses, já há uma população significativa de portugueses na Inglaterra. Portanto este factor é singular, tanto quanto eu sei, ou singulariza o caso português no contexto da União Europeia e é, penso eu, um factor importante de imigração. Se o envelhecimento já faz com que seja necessário recorrer a pessoas de fora para trabalhar, se em certos segmentos do mercado de trabalho os que estão em idade activa saem para ir trabalhar para mercados de trabalho mais aliciantes do seu ponto de vista, isso faz com que seja necessário, ainda mais, entre aspas, digamos assim, porque depois há outras variáveis pelo meio que não é possível referir agora aqui, que ainda mais do que noutros países europeus, Portugal atrair imigrantes.

A outra tendência que me parece clara para os próximos anos é a sedentarização. Digamos que os factores de atracção de imigrantes são ao mesmo tempo factores de sedentarização dos migrantes. O que é que contribui para que se sedentarizem, se fixem, por um prazo alargado e que o retorno aos seus países de origem, como diz um outro colega nosso, é o título de um trabalho dele, Paulo Filipe Monteiro, que o retorno seja uma espécie de mito, o chamado mito do eterno retorno, ou seja, que muitos migrantes não regressem?

Duas ou três coisas que fazem com que os imigrantes se sedentarizem: por um lado, um adiamento dos projectos de regresso. Os imigrantes, da minha experiência de pesquisa, nos primeiros anos de residência têm sempre ou muitas vezes uma intenção de “daqui a 3 ou 4 anos regresso, daqui a 5 anos regresso” e quando se passa já tempo suficiente sobre essas entrevistas ou esses contactos de terreno com esses imigrantes, vê-se que 5 anos passaram, ou 6 anos passaram ou 10 anos passaram e as pessoas não regressam. Veja-se também o caso dos portugueses emigrados por muitos lugares. Portanto, o projecto pessoal de muitos imigrantes faz com que se as coisas não correm bem ou a acumulação não é tão rápida como parece, como se desejaria, acabam por ficar mais tempo. Depois há os factores indirectos, ou seja, as situações dos países de origem podem não convidar ao regresso. Por isso é que eu dizia, em particular nos migrantes africanos, há uma tendência forte para a sua sedentarização porque em muitos dos seus países de origem, não todos, mas muitos deles, não há propriamente conjunturas ou factores que favoreçam muito o regresso. Um 3º factor de fixação, talvez o mais forte de todos, é a reprodução das gerações. Quem migra são os chamados primo-migrantes, os seus descendentes não são migrantes, não se sentem como tal e portanto o regresso coloca-se para as gerações dos descendentes de uma maneira muito singular. As pessoas não equacionam a questão da mesma maneira que os seus pais e portanto é um factor forte de fixação a reprodução de gerações e mesmo quando há regresso, penso que isso acontece com portugueses que emigraram e que regressam a Portugal também em número significativo, regressa a geração que migrou mas não regressa a geração de descendentes e portanto esse é um factor de sedentarização forte.

Em termos comparativos com outros países europeus e pegando agora na questão dos migrantes de Leste, ao contrário do que se pode depreender, acho eu, da leitura de muita imprensa, não há nenhuma substituição de fluxos migratórios em Portugal. Parece-me. O que há é uma diversificação, ou seja, não passou a haver migração de Leste tendo deixando de haver migração a partir do Brasil ou dos países africanos de língua oficial portuguesa. A atenção selectiva dos *media*, que se compreende em larga medida, é que dá a entender que assim é, porque é a novidade. O que é novo é agora haver imigrantes da Ucrânia, da Moldávia, da Roménia ou da Rússia, em número significativo. Mas todas as condições que ditaram que durante os anos 90 e antes disso viessem muitos imigrantes africanos e do Brasil, todas as condições, quer as condições na origem, quer as condições no destino, se mantêm activas e portanto não há, julgo eu, uma substituição, propriamente, de fluxos migratórios, há uma diversificação. Continua a migração a partir dos países de língua portuguesa e agora há uma significativa migração a partir dos países de Leste.

um estereótipo que se vai construindo muito por via da imprensa, é que estes novos migrantes de Leste sejam todos qualificados escolarmente. Tenho muitas dúvidas que assim aconteça e se há uma parte deles, isso acredito que sim, também não é algo de inédito. Entre os guineenses, que é um caso que eu conheço melhor, porque corresponde a uma pesquisa que eu fiz, há uma proporção significativa de ex-professores e de ex-quadros intermédios a trabalhar na construção civil. Não sei se o mesmo não acontecerá, porque também não se conhece assim tanto, com outros países africanos. Conhecem-se coisas sobre a realidade da população cabo-verdiana mas já do caso de Angola não sei se haverá também fenómenos deste tipo. Admito que seja mais assim este fenómeno de sobrequalificação, digamos, para o posto de trabalho, entre migrantes de Leste, agora que seja o perfil dominante o duma qualificação de médicos, engenheiros, arquitectos, tenho muitas dúvidas. Embora seja essa a ideia que vai passando e se vai construindo e haverá com certeza brevemente resultados de pesquisa ou de outro tipo que permitirão deslindar esta questão.

Onde é que está o elemento comparativo aqui? É que, apesar deste reforço e diversificação da imigração, Portugal continua a estar longe dos números relativos, e absolutos ainda mais, da imigração nos outros países da União Europeia. Tem metade ou menos da imigração que existe, agora em termos percentuais, na Inglaterra, ou na França,



ou na Alemanha, ou na Áustria, ou na Bélgica ou na Holanda, para não falar de casos como a Suíça ou então do Luxemburgo, mas esse podemos deixar de fora pela sua pequena dimensão, que têm uma larguíssima proporção da população que é estrangeira. Mas países da dimensão de Portugal e países muito maiores, os países centrais, têm uma proporção de população migrante, estrangeira, muitíssimo maior, o dobro ou mais até, o triplo da que tem Portugal. Isto tem a ver com o grau de atractividade menor de Portugal face a esses outros países, também. Do ponto de vista das estratégias migratórias, Portugal será um destino menos aliciante para muitos migrantes internacionais do que é a França, ou a Alemanha ou a Inglaterra. Isto é uma condição que se mantém. E eu acho ainda outra coisa, a propósito disto, o facto de ser um país de atractividade menor do que outros países europeus, ajuda a que a imigração lusófona, digamos assim, se mantenha. Porquê? Porque do ponto de vista desses migrantes que não dominam as línguas internacionais fortes, Portugal é um destino mais viável e mais prático. Podemos dizer, tirando o caso cabo-verdiano que tem uma diáspora de facto global, para os Estados Unidos, Holanda, Portugal, os outros migrantes africanos não estão muito espalhados por outros países senão Portugal. O caso guineense a esse nível é significativo e o mesmo se pode dizer dos angolanos.

Veja-se o exemplo do Alqueva que eu, esse, tinha que dizer porque andei a fazer a consulta e achei interessante, os jornais às vezes dão-nos notícias interessantes. O Alqueva é exactamente o caso em que passa a ideia, julgo eu, de que está cheio de estrangeiros a trabalhar. Outro dia vinha uma pequena notícia num jornal que dizia o seguinte: há 1055 trabalhadores no Alqueva, desses 1055, 739 são portugueses, 291 alentejanos, depois os outros são estrangeiros. E nos grupos mais numerosos dos estrangeiros está em 1º. lugar o dos brasileiros, depois os guineenses e depois os ucranianos. Os 4ºs. eram senegaleses. Isto para dizer que não há a invasão do mercado de trabalho, que o mercado de trabalho das obras públicas e da construção civil não é maioritariamente ocupado por trabalhadores estrangeiros, para relativizar um pouco esta questão da dimensão.

Eu saltava só para as questões políticas, uma vez que tenho 3 minutos, são 3 questões portanto dá 1 por minuto, 3 tópicos muito rápidos. A questão da integração dos migrantes que é de facto uma questão social e política muito mais do que cultural, parece-me, a questão da integração dos migrantes tem que ser vista num contexto mais amplo que é o facto de Portugal ser o país da União Europeia com mais pobreza autóctone. Portugal tem uma população autóctone pobre que é muito elevada. Como integrar migrantes num contexto em que uma grande parte da população, uma parte significativa da população autóctone, necessita também de ser socialmente integrada? Este é um ponto que eu acho que vale a pena pensar.

Segundo ponto: a questão da participação eleitoral. Saberão que nas últimas autárquicas foi possível a cabo-verdianos e brasileiros, no âmbito de um acordo de reciprocidade entre o Estado português e os Estados desses 2 países, participar nas eleições autárquicas, quer como eleitores quer como eleitos. O que aconteceu nessas eleições autárquicas foi que a participação eleitoral foi muito baixa. Muito baixa. E podemos um pouco pensar a razão porque assim foi.

O 3º. tópico remete para a relação entre o Estado e o movimento associativo. Hoje há um movimento associativo significativo, nomeadamente entre os migrantes africanos e brasileiros, no caso dos migrantes de Leste não, por uma questão de tempo, mas certamente ele surgirá. Do lado do Estado há um conjunto de políticas, de interlocutores, há um órgão do Governo próprio, central, que é o Alto Comissariado para Imigração e para Minorias Étnicas, que está no terreno, e há uma relação de tensão de ambivalência entre o Estado e o movimento associativo que penso que era interessante também discutir, na medida em que a viabilidade do movimento associativo passa pelo apoio estatal para que se consigam desenvolver acções e actividades, mas esse mesmo apoio estatal é aquele que pode diminuir a margem de autonomia e de independência das associações. E isto é um problema que não é só português, é um problema geral do movimento associativo, não é só sequer um problema do associativismo imigrante, é um problema mais geral do associativismo, mas no caso da migração acho que é um tópico político importante.

Maria Baganha:

A centralização, queria que pensássemos nisto, é que não é necessário e toda a história da emigração prova, a excepção feita ao caso português, os italianos mais de 50%

regressaram, os espanhóis mais de 50% regressaram e se nós abrímos as fronteiras teremos maior mobilidade, ou seja, a sedentarização e a fixação vai e é verdade tudo aquilo que o Fernando disse, mas se abrímos as fronteiras teremos maior possibilidade de haver mobilidade e sabendo as pessoas que podem ir e podem regressar, a emigração não será só de fixação como pretende o Rui.

Porquê? Porque eu temo que uma política de imigração que seja feita só com vista à fixação é uma política muito restritiva. O problema não é definirmos o tipo de permanência que o imigrante vai ter mas a abertura da fronteira, a meu ver, e a regulação do mercado, ou seja, eu quero fronteiras abertas com regulamentação do mercado. E nós estamos a ver que enquanto estamos a ter uma regularização em curso, chamemos-lhe regularização apenas para facilitar a compreensão do fenómeno, ainda esta semana a Associação de Construtores Cívicos e Obras Públicas do Norte vem dizer que 70% da construção que está a ser feita no Norte do País é informal, ou seja, quando o Estado legitima o próprio processo de regulação prometendo uma maior intervenção e regulação do mercado de trabalho, quando o Senhor Inspector Geral do Trabalho nos dá e nos brinda com intervenções nos *media*, quase semanais, dizendo o muito que está a ser feito, nós estamos a ser confrontados com o outro lado da moeda, que é continuarmos todos a ter sectores altamente informais.

Ora enquanto a sociedade portuguesa for uma sociedade de informalidade não podemos querer que os imigrantes que cá chegam sejam apenas eles os formais. Não funciona. Nem vai funcionar. Portanto o que tu estás a propor terá que passar, antes de mais, por uma regulação da nossa economia e da economia informal. Ora bom, a partir daí nós podemos abrir fronteiras, mas também não vejo porque é que devemos visar apenas a fixação.

Fernando Luís Machado:

Eu não estou a defender que haja sedentarização. O que eu disse é que acho que vai haver, haja políticas que a favoreçam ou não. Não estou a defendê-la como modelo político de regulação dos fluxos migratórios, fixar ou não fixar, não foi isso que eu disse. O que eu digo é que as tendências são no sentido que a sedentarização se dê mais no caso dos africanos do que de outros migrantes não só, mas em boa parte, devido ao facto de as condições dos seus países de origem não favorecerem o retorno. Agora da tua intervenção também percebi outra coisa que não tinha percebido e ficou mais claro na minha cabeça depois dela, que é: não se tem que colocar tudo em termos de sedentarização ou retorno. Há outras alternativas, re-imigração por exemplo, circulação mais alargada, dessa não me tinha lembrado antes, e portanto é possível e sabe-se que há migrantes africanos que estão em Portugal que desejavam e por vezes fazem-no e se calhar fá-lo-ão cada vez mais quanto mais as fronteiras forem abertas e essa é a tendência, re-imigrar para outros países, para Espanha ou para a Holanda, no caso em que há redes fortes, no caso do cabo-verdiano, fortes redes migratórias, Holanda, Portugal, por exemplo, e aí sim, é um 3º cenário. Não é o retorno, não é uma sedentarização no sentido de se fixarem e não circularem mais, é uma 3ª coisa, re-imigração, que poderá ser ela própria temporária ou não. Temos que ver os recursos comparativos.

Há um ponto, só para terminar, que me parece importante. Um recurso instrumental para os migrantes é a questão linguística, de facto essa é uma das razões porque acho que os migrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa vêm mais facilmente para Portugal do que para outros sítios, porque se fossem falantes de inglês ou de francês corrente, se calhar estavam em França ou estavam em Inglaterra. Portanto os recursos ao alcance dos migrantes internacionais, estou a falar apenas dos africanos, que é um caso que eu conheço melhor, também não são todos iguais. Portanto os destinos tomados têm a ver com esse tipo de recursos, nomeadamente linguísticos e aí é um factor de fixação também, digamos, e não de circulação.

# 1

## Emigrados em Portugal

**Rui Pena Pires**

ISCTE- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas

A imigração deixou de ser um fenómeno residual, constituindo já um movimento com crescente impacte na sociedade portuguesa. Vivem hoje em Portugal mais de 200 mil estrangeiros com autorização de residência e cerca de 70 mil com autorização de permanência (números provisórios que deverão crescer nos próximos meses em resultado da aplicação da nova lei sobre imigração). Ou seja, 3% da população total do país é composta por estrangeiros.

Dois dilemas se colocam neste contexto. Em primeiro lugar, como integrar o número crescente de imigrantes de origens várias? Em segundo lugar, qual a política adequada de regulação dos crescentes e diversificados fluxos migratórios que se dirigem para Portugal? Nos pontos que se seguem esboço algumas propostas de resposta a estes dois dilemas.

### 1. Do multiculturalismo ao cosmopolitismo

A integração dos migrantes tende a ser pensada, sistematicamente, na base da oposição radical entre políticas de assimilação versus políticas multiculturalistas. Se as debilidades do primeiro termo da alternativa são sobejamente conhecidas, já o segundo se presta a equívocos frequentes.

O primeiro desses equívocos consiste em pensar a imigração como processo de formação de minorias étnicas. Ora, a formação de minorias étnicas é, frequentemente, não o resultado da imigração em si, mas antes a consequência da acumulação de situações de exclusão e de estigmatização nas populações imigradas. Mais rigorosamente, é a consequência da procura, por parte dos excluídos, de uma identidade positiva com que possam enfrentar os processos de estigmatização de que são alvo. Um momento decisivo na constituição desses processos, de que tivemos um exemplo claro no recente caso dos "assaltantes da CREL", é a desvalorização da imagem do "outro" pela comparação da sua pior história (por exemplo, a da criminalidade), com a melhor história do "nós". Em reacção, as estratégias de contra-estigmatização tendem frequentemente a politizar a condenação dessa "pior história", contribuindo desta forma para ampliar os efeitos de segmentação baseados na etnicidade. Ou seja, nas sociedades de imigração, as identidades colectivas identificadas como étnicas são frequentemente construídas como recurso mobilizado pelos subordinados no contexto de relações de tipo established-outsider (processo há muito analisado por Norbert Elias).

Neste quadro, o multiculturalismo deve ser entendido como o modo de legitimação dos processos de institucionalização das estratégias de contraestigmatização prosseguidas pelos que se encontram numa posição de outsider.

Valorizar as diferenças assim construídas significa, porém, capitular perante os critérios de discriminação que estiveram na sua origem, significa aceitar que seja posto em causa o princípio do universalismo que funda a cidadania democrática. Em alternativa, é fundamental fundar os processos de integração na base da garantia, a todos os indivíduos, independentemente da sua origem, dos direitos civis que garantem o seu reconhecimento como tal e, portanto, a sua liberdade. O que implica não só alargar o acesso à lei comum pelos estrangeiros (o que inclui o acesso, ainda que neste domínio com limitações, aos direitos políticos, revendo a Constituição para eliminar a cláusula limitadora da reciprocidade), como combater todas as formas de discriminação. Note-se que a defesa da primazia do valor da cidadania não significa a promoção de uma individualização baseada no egoísmo social. Significa sim que o acesso aos direitos sociais que suportam os valores da solidariedade deve ser feito na base da situação por cada um vivida e não em função da pertença a qualquer entidade colectiva.

O segundo equívoco, associado ao primeiro, consiste em atribuir aos imigrantes uma "identidade cultural" e uma pertença comunitária referenciáveis à sua origem. Por um lado, essa suposta identidade não passa, frequentemente, de uma representação estereotipada do "outro" construída pelo *established*. Por outro lado, convirá salientar que os imigrantes não transportam consigo mais do que fragmentos de identidades anteriores, muito variadas em função das suas diferentes origens. Aquilo que nos surge como identidade cultural unificada dos imigrantes é, na maior parte dos casos, o resultado de uma construção simbólica que procura revalorizar o que é desvalorizado nos processos de discriminação a que estão sujeitos. Isto é, essas eventuais identidades são menos o resultado de uma memória transportada pelos imigrantes e mais a construção que, no presente, estes têm de realizar para garantirem a sua dignidade (e, eventualmente, participar por esta via no jogo político institucionalizado pelo multiculturalismo, como é analisado por Paulo Monteiro no caso dos imigrantes portugueses nos EUA). Valorizar essas identidades significa, uma vez mais, capitular perante os critérios de discriminação que estiveram na origem da sua construção.

É óbvio que a imigração pode ser, e é, uma das fontes de acréscimo da diversidade cultural na sociedade portuguesa de hoje (vejam-se, nomeadamente, os acréscimos de diversidade religiosa que em Portugal podem ser referenciáveis à imigração). Todas as novas práticas culturais transportadas pelos imigrantes que sejam acomodáveis no nosso quadro civilizacional moderno e democrático são passíveis de incorporação. Não é esse o problema. Essa incorporação não tem é que significar a segmentação da sociedade portuguesa em pertenças culturais mutuamente exclusivas como, mesmo que de modo não intencional, resulta das políticas multiculturalistas. A meu ver é desejável, em alternativa, que a diversidade cultural se traduza na multiplicação de referências que cada um possa combinar livremente por forma a enriquecer a sua identidade individual.

Esta alternativa ao multiculturalismo retoma os ideais do cosmopolitanismo, mais compatíveis com a desejável articulação entre pluralismo e liberdade. Quando falo em cosmopolitanismo, por oposição ao multiculturalismo (bem como, obviamente, à xenofobia), procuro sobretudo destacar duas características que considero desejáveis para Portugal enquanto país de imigração.

Em primeiro lugar, e na continuidade dos argumentos anteriores, a ideia de cosmopolitanismo remete para uma concepção de pluralismo cultural que se traduz não na coexistência de segmentos da população com culturas diferentes, mas na intersecção, em cada indivíduo, de diferentes referentes culturais (numa lógica de intersecção dos círculos sociais que, segundo Simmel, constitui um dos fundamentos dos processos de individualização caracterizadores da modernidade). Não significa isto um mundo sem pertenças colectivas. Significa sim um mundo em que cada um possa combinar diferentes pertenças colectivas porque cada pertença não implica necessariamente as outras. Este é um dos fundamentos da liberdade de que não podemos, em meu entender, prescindir.

Em segundo lugar, e neste contexto de liberdade alargada, a ideia de cosmopolitanismo pode fundar uma concepção da nação enquanto colectividade construída numa base mais contratual e voluntária e não tanto na base de "heranças de sangue". Uma colectividade que, também por isso, é muito mais capaz de absorver a pluralidade. Este entendimento da nação implica, porém, uma revisão da lei da nacionalidade que reponha os princípios do direito territorial parcialmente substituídos, em 1975, pelos do direito de sangue.

## **2. Da regulação à organização dos fluxos**

Nenhum dos objectivos de integração atrás delineados será possível de concretização se, entretanto, não forem dados novos passos nas políticas de imigração. Nomeadamente, é necessário evitar a acumulação de situações de exclusão associada à imigração irregular para os segmentos informais do mercado de trabalho.

As últimas alterações legislativas, e em particular o novo dispositivo da "autorização de permanência" e as medidas correlatas de fiscalização da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, contribuem efectivamente para a redução da imigração irregular. Permanecem, contudo, dois problemas por resolver que podem comprometer os objectivos procurados.

Em primeiro lugar, as dinâmicas de recrutamento de mão-de-obra induzidas pelo dispositivo da "autorização de permanência" podem facilitar uma aposta dos empregadores

na imigração temporária. Ora, se a migração temporária é viável no âmbito da mobilidade internacional dos quadros, quando corresponde a projectos de carreira profissional, já no que se refere às migrações de trabalhadores desqualificados a circulação entre países é dificultada pelas inúmeras carências que estiveram na origem da própria migração. Estes imigrantes tendem por isso a desenvolver projectos de fixação independentemente do carácter temporário do seu recrutamento formal ou informal. Não sendo possível nem aceitável, do ponto de vista civilizacional, proceder a expulsões forçadas em massa quando mudam as necessidades de mão-de-obra, o que hoje acontece é que temos, de facto, imigrantes permanentes, mesmo quando estes são formalmente definidos como temporários.

Do desfasamento entre os projectos dos imigrantes e o estatuto da sua presença tendem a emergir efeitos perversos que afectam não só os imigrantes como a sociedade onde estes se fixam. Os imigrantes, porque vivem desprotegidos jurídica e socialmente; a sociedade de imigração, porque acumula situações de exclusão que podem potenciar disrupções sociais graves. Políticas de imigração visando a fixação dos imigrantes teriam a vantagem de tornar claro o papel do Estado na promoção da integração desde o início e não apenas quando eclodem situações de crise social. Neste contexto, o incentivo à naturalização dos imigrantes teria a vantagem adicional de acelerar a reconstrução das lealdades políticas em relação à sociedade de imigração, factor fundamental para implicar o imigrante na procura activa da sua inclusão no espaço comum da cidadania portuguesa.

Não é possível, no entanto, desenvolver uma política de imigração visando a fixação sem controlar os fluxos tanto em termos quantitativos como qualitativos. O que remete para o segundo dos problemas por resolver: quem deve organizar os fluxos imigratórios?

Ao contrário das ideias correntes, a imigração é um processo mais organizado que individual (até pelos custos da deslocação, o desconhecimento do novo meio e a insegurança experimentada pelo migrante). O dilema fundamental não é pois a escolha entre migrações "espontâneas" versus migrações organizadas", mas saber quem organiza a imigração. Se o Estado não o fizer manter-se-á o padrão actual, isto é, a intervenção activa e decisiva das redes de recrutamento de mão-de-obra barata para os sectores mais precários e flexibilizados do mercado de trabalho, sejam eles formais ou informais.

Definir quotas em termos demográficos e de qualificações e estabelecer agências de recrutamento nos principais países de origem (actuais e desejáveis) da imigração são alguns dos instrumentos de uma nova política que podem ser mobilizados pelo Estado. Ao mesmo tempo, este deverá intervir mais sobre o mercado de trabalho do que sobre a fronteira para reprimir as redes de tráfico de mão-de-obra. Por outras palavras, o Estado deverá passar de simples corrector de situações que se desenrolam fora da sua esfera de intervenção a agente activo de promoção, controlada, da imigração (sem esquecer que, não sendo possível controlar totalmente a "procura", deverá manter-se a necessidade de uma intervenção reguladora dos fluxos migratórios auto-organizados).

Uma política de imigração activa e estratégica, em lugar de uma resposta defensiva e adaptativa aos fluxos migratórios constituídos fora da acção estatal, deverá promover explicitamente a imigração para aumentar o rácio activos/inactivos (que a não ser corrigido poderá agravar as condições de reprodução das políticas sociais) e suprir as necessidades de mão-de-obra desqualificada e qualificada no mercado de trabalho português. Colmatar com recurso à imigração os défices demográficos resultantes não só do decréscimo da natalidade como também do recrudescimento da emigração é, no entanto, algo que, a não ser feito de modo controlado, poderá viabilizar estratégias de sobre-recrutamento visando degradar rapidamente as condições laborais no mercado de trabalho (estratégias já visíveis hoje no modo como alguns agentes empresariais têm vindo a utilizar as recentes alterações legislativas) - repondo-se assim, pela porta das traseiras, as dinâmicas de exclusão que se pretendia combater.

Finalmente, a intervenção activa do Estado é fundamental para assegurar que o recrutamento de mão-de-obra imigrante, em lugar de se limitar a suprir a procura dos sectores mais desqualificados do mercado de trabalho, contribua também para superar, no curto prazo, os défices de qualificações profissionais que obstaculizam os processos de desenvolvimento económico do país.

## 2 Democracia e Participação Política

**Manuel Villaverde Cabral**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Para quem conhece as últimas coisas que tenho publicado na área dos estudos da Cidadania – em especial o texto sobre o exercício da cidadania política em Portugal<sup>1</sup> – não haverá grandes novidades nesta breve comunicação. Basicamente, o que tenho andado a fazer é o início daquilo que se pode designar, embora algumas pessoas considerem a expressão pouco feliz, como uma **auditoria democrática** ao regime representativo em vigor em Portugal, para usar uma terminologia anglo-saxónica<sup>2</sup>. Naturalmente, esta auditoria é um processo que terá de se alargar e que requer também continuidade no tempo, não podendo ser feita por uma pessoa sozinha ou mesmo por uma pequena equipa.

*Em suma, resumindo telegraficamente o que se entende por auditoria democrática, parte-se do princípio que nenhum regime representativo está cem por cento ao nível das suas promessas constitucionais. A auditoria consiste, pois, em verificar até que ponto esses padrões consignados nas constituições democráticas estão a ser efectivamente atingidos, tanto do ponto de vista da oferta de bens políticos (maxime a lisura dos procedimentos eleitorais, mas não só) como, sobretudo, do ponto de vista da procura desses mesmos bens, nomeadamente a participação efectiva dos cidadãos na vida pública das respectivas sociedades.*

Pelo meu lado, tenho procedido deliberadamente a uma restrição da pesquisa – mais temporária, aliás, do que outra coisa, pois anteriormente já trabalhei sobre as relações entre cidadania e equidade social<sup>3</sup> – à verificação do exercício efectivo dos direitos de cidadania política em sentido limitado, isto é, à assunção subjectiva e à prática objectiva – esta última mais fácil de medir, embora sempre com limites – desses mesmos direitos políticos consignados na generalidade das constituições democráticas. Poder-se-ia dizer, numa linguagem coloquial, que o objectivo é “cobrar” dos regimes representativos o que eles prometem mas raramente cumprem de forma plena.

A exclusão da presente pesquisa de outros direitos, que não os direitos políticos propriamente ditos, não é de todo filosófica mas, como disse, puramente metodológica. É uma questão de ir encaminhando o processo de investigação, sendo a presunção teórica a de que, quanto mais a auditoria se alargar a outros direitos, nomeadamente os relativos à equidade económica e social, maior será, em princípio, o défice entre as promessas constitucionais e a sua efectiva concretização.

*Todavia, os direitos políticos – tal como, por exemplo, os direitos culturais, na minha opinião pela mesma razão – são, na realidade, um caso particular dos direitos de cidadania, no sentido em que, ao contrário dos direitos cívicos e sociais, sem prejuízo das lutas que estes exigiram e continuam a exigir, os direitos políticos têm de ser exercidos activamente. Por outras palavras, não basta os direitos de expressão, de associação e de eleger e ser eleito estarem consignados constitucionalmente para que todos os membros de uma comunidade política os exerçam na sua plenitude.*

---

<sup>1</sup> M.V. Cabral, J. Vala & J. Freire (orgs.), **Trabalho e Cidadania**. Série Atitudes Sociais dos Portugueses # 1, Oeiras: Celta, 2000.

<sup>2</sup> David Beetham (ed.), **Defining and measuring democracy**, Londres: Sage Publications, 1994.

<sup>3</sup> Cf. M.V. Cabral, *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras: Celta, 1997.

A abstenção eleitoral, bem como a retracção perante a participação colectiva, são exemplos evidentes do que acabo de dizer, para não falar da elegibilidade política, cuja efectiva restrição confere, na prática, uma dimensão inequivocamente oligárquica à maior parte dos regimes representativos existentes. Em suma, o exercício pleno dos direitos políticos exige a mobilização pessoal de recursos de que muitos cidadãos não dispõem, sejam eles de ordem material ou imaterial. Pelo contrário, o gozo dos direitos cívicos e sociais constitucionalmente consagrados não pressupõe, necessariamente, uma mobilização activa. Ora bem, é esse défice maior ou menor da participação política que tenho tentado medir e, uma vez ele avaliado, interpretar as suas causas.

*Por outras palavras ainda, ninguém nos obriga a exercer o direito de voto e, mesmo quando há provisões nesse sentido, como por exemplo na Bélgica, o pior que pode acontecer a uma pessoa que não vote, é pagar uma pequena multa se porventura fosse detectado o incumprimento daquele 'dever cívico'. É legítimo perguntar, aliás, se se trata de um direito ou de um dever? Tipicamente, esta mesma ambiguidade não ocorre no caso dos direitos civis e sociais: ninguém fala dos direitos inerentes ao chamado estado-providência como de um 'dever'. Nada disto quer dizer, repito, que estes últimos direitos tenham sido obtidos sem lutas, obviamente, mas uma vez consignados, podemos gozá-los sem exercer, propriamente, uma acção positiva.*

Em contrapartida, na estratégia que tenho seguido, não se aceita a restrição do exercício dos direitos políticos no eixo da participação, para citar Robert Dahl, à simples participação eleitoral. Quanto mais não fosse, para ser o mais breve possível, pela primazia que esta última concede na prática – como sempre acabamos por verificar através da análise empírica, que por seu turno deve alimentar a reflexão teórica – à oferta sobre a procura de bens políticos. Dito de outro modo, a primazia do constituído sobre o constituínte, para usar a terminologia de um autor como Antonio Negri<sup>4</sup>.

*E porque razão isto acaba sempre acaba por suceder? Se assim é, não será certamente por acaso. Há-de haver motivos para isso. Não cabe aqui perguntar se esta tendência para o primado da oferta sobre a procura de bens políticos é de ordem ontológica, como sugere a maior parte dos autores conservadores. Inversamente, desde Rousseau que os autores de índole revolucionária têm tendência para pensar que tal primado é inerente à natureza da representação política. Em todo o caso, aquela tendência é seguramente empírica, como acontece, designadamente, com o primado da oferta partidária sobre a procura de representação política. No mínimo, a abstenção é, desde logo, um indicador de inadequação da oferta à procura.*

*O André Freire mostrou que, no caso português, mas também lá fora, o actual crescimento da abstenção eleitoral não é, nem podia ser, tradicional. Isto é, os factores sociológicos tradicionais que tendiam a explicar a abstenção – a daquela figura imaginária da senhora idosa e analfabeta, que vive “para trás do sol posto”, sociologicamente distante do sistema, mas sem que isso chegue a afectar este último – não aumentaram. Foi o contrário que aconteceu nas nossas sociedades. Portanto, o crescimento da abstenção tem que ter, como ele sugeriu, uma dimensão mais explícita dessa inadequação da oferta à procura.*

Acresce uma linha de pesquisa sobre a qual ainda não trabalhei, mas que é um campo empírico perfeitamente operacionalizável, a saber, a questão da elegibilidade. Por outras palavras, assim como todos os adultos possuem o direito de voto e exercem ou não esse direito, também todos somos elegíveis em teoria, mas será que o somos efectivamente? Quantos deputados há, em Portugal, sem um diploma do ensino superior? Ora, numa sociedade como a nossa, este tipo de restrição fáctica à elegibilidade constitucional corresponde a uma limitação efectiva do universo dos elegíveis a qualquer coisa como 10% do eleitorado.

---

<sup>4</sup> a Negri, *Le pouvoir constituant* - **completar a referência!**

Do ponto de vista da auditoria democrática, o problema da elegibilidade reside, portanto, em saber como é que alguém chega a ser elegível? Em suma, saber até que ponto o universo dos elegíveis não corresponde, em larga medida, àquilo a que se dava o nome, na sociologia política convencional, de elites funcionais, isto é, pessoas elegíveis por inerência, por assim dizer, da sua origem social, e que assim atravessam – e de algum modo, distorcem – a composição dos partidos e a representação política.

Voltando porém à pesquisa já realizada, comecei por construir dois conjuntos de indicadores destinados a servir de primeira aproximação ao exercício activo da cidadania política. Um índice a que chamei participação associada, através do qual se pretende avaliar as formas de participação colectiva na vida cívica, social, política, cultural, etc., fora dessa forma importante da participação que são os momentos eleitorais. Estes são importantes, como é evidente, mas caracterizam-se, no entanto, não só por uma relativa passividade perante a oferta partidária disponível como assumem, na teoria democrática convencional, um estatuto por assim dizer atomizado.

Todos sabemos que a formação das práticas eleitorais não é um processo puramente individual, se tal coisa existe em sociedade, mas a própria instituição do voto secreto contribui para que a participação eleitoral seja vivida, possivelmente pela grande maioria dos cidadãos, hoje em dia, como algo de pessoal, privado, e é seguramente verdade que, até no seio de um agregado familiar, os seus membros ignoram frequentemente as intenções de voto uns dos outros.

Sendo assim, o que procurei medir foram, precisamente, as formas de participação através das quais os cidadãos assumem a sua cidadania de maneira pública e associada. O indicador construído é relativamente simples, identificando e quantificando as associações de que os inquiridos são membros, e se nelas desempenham ou não funções dirigentes. Com este conceito em mente, o indicador pode, naturalmente, vir a ser complexificado no futuro. O importante a reter é a dimensão pública e associada da participação por oposição à dimensão privada e individual da mera participação eleitoral.

O segundo instrumento de medida desenhado corresponde a um índice de mobilização no qual distingo entre auto-mobilização efectiva e potencial. E falo de auto-mobilização no sentido em que as acções individuais ou colectivas empreendidas correspondem mais a decisões do próprio inquirido do que à mera resposta a convocações externas, como por exemplo assistir a comícios eleitorais; contudo, pela natureza colectiva de algumas dessas acções – por exemplo, greves – as formas de mobilização possam corresponder a convocações exteriores ao inquirido, por exemplo, dos sindicatos.

A pergunta de base destinava-se a saber se alguma vez os inquiridos haviam recorrido a um conjunto de oito formas de acção – umas de natureza individual, outras de natureza colectiva, como disse – em defesa dos seus direitos e interesses materiais ou simbólicos; seguidamente, perguntava-se se, no caso de não ter recorrido a nenhuma dessas formas de mobilização, se admitiam ou não vir a recorrer a elas no futuro.

*O leque das formas de mobilização incluía um conjunto de acções pensadas por nós, à partida, como benignas, como era o caso de uma carta escrita a um jornal a protestar contra qualquer facto ou a reivindicar qualquer direito. Ora, revelou-se que tal iniciativa não tinha nada de benigno, já que não chegam a 4% os Portugueses que admitiram ter recorrido a esse meio de acção. Em contrapartida, são muito numerosos os que admitem fazê-lo. No extremo oposto, a forma de mobilização que prevíamos como sendo a menos benigna, como seria bloquear uma estrada ou algo do género, a percentagem de pessoas que recorreu a este meio de acção revelou-se, previsivelmente, tão reduzida como a percentagem das que admitem vir a recorrer a tal meio.*

Há aqui, portanto, um jogo entre formas de mobilização efectivas e potenciais, assim como uma dicotomia entre formas de mobilização aceites pela maioria da população (por assim dizer, formas **legítimas** de actuação) e formas rejeitadas pela maioria dos inquiridos (socialmente **ilegítimas**, portanto). Com efeito, a análise factorial das oito formas de mobilização organizou-as de uma maneira diferente daquela que se podia esperar originalmente, agrupando-as em dois grupos muito claramente contrastados.

Por um lado, um conjunto de quatro formas de actuação efectivamente benignas, às quais uma percentagem grande de pessoas recorreu de facto ou, nunca tendo recorrido a elas,



admitiu no entanto vir a recorrer (são as formas legítimas); e por outro lado, formas de mobilização às quais as pessoas nunca recorreram nem admitem recorrer (são as ilegítimas). Curiosamente, colar cartazes surge, neste contexto, como uma forma de mobilização ilegítima, o que me surpreendeu, devo confessar; a greve e a manifestação de rua são também, menos surpreendentemente, ilegítimas para uma grande parte dos inquiridos.

*Já antecipei de algum modo aquilo que ia dizer, mas resumindo os resultados encontrados para Portugal: não sei se são “bons” ou “maus”; não é de resto essa, propriamente, a função do sociólogo, mas são com certeza para registar e, na medida do possível, para interpretar. Ao nível da participação associada, é conhecido através de inquéritos com objectivos diferentes do meu, mas semelhantes a outros que eu próprio e outros colegas fizemos, que estamos a assistir a um declínio do associativismo ou, nalguns casos, à falta de assunção das formas de participação associada, o que, não sendo a mesma coisa que o declínio objectivo, é igualmente significativo, se não mais.*

*Em qualquer caso, a falta de assunção subjectiva da participação, mesmo quando esta existe, é mais difícil de manejar interpretativamente, remetendo de alguma forma para a o domínio da “espiral do silêncio”: faço mas digo. O caso da sindicalização, por exemplo, é paradigmático. Com efeito, o número de pessoas que declara aos entrevistadores pertencer a um sindicato é sempre bastante menor do que o número de pessoas que os próprios sindicatos reivindicam. Para não falar do que se passa com a adesão a partidos políticos. Há, aliás, um exemplo muito recente de redução para metade dos inscritos num determinado partido, a propósito das eleições para delegados a um recente congresso partidário (PS).*

*Em resumo, ao nível da participação associada, sobretudo se tomada na versão estrita do associativismo convencional, as comparações internacionais são desfavoráveis a Portugal, mas são contudo comensuráveis com os nossos níveis de desenvolvimento sócio-económico, de literacia, etc. No que diz respeito ao índice de mobilização, a situação é mais complexa.*

*É evidente que, ao introduzir a dimensão das acções que os inquiridos, embora dissessem nunca as ter empreendido, admitiam no entanto vir eventualmente a empreender, o índice de mobilização acabou por apontar para uma percentagem de pessoas que manifestam propensão para a auto-mobilização superior à daquelas que estão, objectivamente, envolvidas em formas de participação associada.*

*Além disso, esta maneira de colocar a questão aos inquiridos abriu-lhes a possibilidade de “manipular” o entrevistador, por assim dizer, afirmando primeiro nunca ter empreendido determinado tipo de acção – por exemplo, a colagem de cartazes, que recolhe um número muito baixo de respostas afirmativas – para seguidamente responderem afirmativamente à segunda questão: “Nunca coleí cartazes, mas admito vir a fazê-lo”. Na realidade, não é impossível que muitos inquiridos estejam, assim, a admitir já Ter colado cartazes sem, no entanto, assumir todos os custos de algo que percebem como “ilegítimo” no actual clima social.*

Este tipo de reconstrução é, como dizia há pouco, muito difícil de interpretar, mas fornece indicações extremamente importantes sobre as atitudes e comportamentos sociais actualmente prevalentes na sociedade portuguesa. Vale a pena acrescentar, para exemplificar o que entendo aqui por reconstrução dos comportamentos e, em especial dos comportamentos políticos, que ainda recentemente foi perguntado às pessoas, num dos nossos inquéritos, se tinham votado ou não nos últimos referendos. Ora, nunca encontramos a percentagem real de abstencionistas nem nada que se aproximasse. Ou seja, nas sondagens, as pessoas declaram ir votar e depois não votam; e se lhes perguntamos, a posteriori, se votaram, voltam a responder afirmativamente.

Fica, pois, a pergunta: porque motivo “mentem” as pessoas a respeito de questões como estas? Quanto a mim, esta reconstrução deliberada dos comportamentos políticos de modo a colar à “pele social” dos inquiridos<sup>5</sup> – no caso da colagem de cartazes, a norma é contrária;

<sup>5</sup> Cf. Elisabeth Noelle-Neumann, *La espiral del silencio : opinión pública - nuestra piel social* (trad. de The spiral of silence), Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

no caso do voto, a norma é favorável – aponta, em si mesma, para um défice na assunção dos direitos de cidadania. Seria preciso, contudo, para que tudo isto fizesse mais sentido, e para desessencializar os resultados encontrados, possuir elementos de controle através de resultados comparáveis noutros países, o que não está longe de vir a ser possível no âmbito de um inquérito sobre a Cidadania a promover, dentro de poucos anos, pela rede do International Social Survey Programme, à qual o ICS está ligado.

Para terminar, emergiu ainda desta pesquisa um índice muito complicado de lidar com ele e ao qual temos chamado a distância ao poder na esteira do seu criador<sup>6</sup>. O índice é composto por três indicadores: 1) Como acha que o poder devia ser exercido, numa escala de muito democrático a muito autoritário? 2) Como acha que o poder é exercido, na mesma escala? Ora bem, em Portugal, os resultados são absolutamente inversos, isto é, enquanto 70% dos inquiridos acham que o poder deveria ser exercido o mais democraticamente possível, os mesmos 70% acham que o poder é exercido de forma exactamente oposta. Mais significativos ainda são, porventura, os resultados produzidos pelo terceiro indicador: para cerca de dois-terços dos inquiridos, “os portugueses têm ‘muito’ ou ‘algum’ receio de exprimir publicamente uma opinião contrária à das autoridades políticas”!

Em conjunto, o índice aponta, comparativamente, no sentido de um sentimento de grande **distância ao poder** por parte da maioria da população portuguesa. O mais perturbante, contudo, para sociólogos como nós, é que este indicador não está correlacionado com nenhum dos indicadores sócio-demográficos habituais, isto é, atravessa a sociedade portuguesa de forma virtualmente indiferenciada!

---

<sup>6</sup> Geert Hofstede, *Culture's consequences : international differences in work-related values*, Beverly Hills: Sage, 1984.

## 2 Democracia e Participação Política

**André Freire**

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Então boa noite, portanto isto é uma coisa informal, não é, e eu vou falar-vos um pouco daquilo que tenho feito sobre a participação eleitoral e sobre a abstenção. E começo por sublinhar a importância do voto nas democracias da nossa área geo-cultural, que são basicamente democracias representativas. E, como tal, a principal forma de ligação entre a sociedade e as instituições políticas é exactamente o voto, através da participação eleitoral. Esse é o canal de participação que abrange mais cidadãos, portanto tem uma maior extensão, por um lado, e a sua importância em termos do impacto no sistema político é também mais relevante do que o das outras formas de participação, por outro lado. Em primeiro lugar porque enquanto as outras formas de participação se caracterizam geralmente por serem mobilizações à volta de temas restritos, no caso da participação eleitoral escolhem-se as opções políticas que abrangem toda a sociedade e que são vinculativas para todos os seus cidadãos.

Para além disso, com o voto temos a escolha das elites políticas e das opções políticas que propõem, as quais devem ser aplicadas durante o respectivo mandato. Portanto... apesar de ter vindo a crescer o uso de formas de participação política extra eleitoral, em Portugal e nas outras democracias ocidentais, estas formas de participação são ainda bastante mais restritas, ou seja, abrangem ainda uma pequena minoria de cidadãos e, por outro lado, a importância dessas formas de participação para o funcionamento do sistema político é bastante mais reduzida.

Apesar desta enorme importância da participação eleitoral nas democracias representativas, aquilo que se tem verificado, não só em Portugal, é que desde os anos 1970-80 se tem verificado um declínio da participação eleitoral. Este fenómeno não é exclusivo do caso português. Mas em Portugal, sobretudo a partir da década de 90, este fenómeno tem-se acentuado muito, bastante mais do que nas democracias da nossa área geo-cultural.

Se utilizarmos a média da participação desde os anos 70 até aos anos 90, começando em 1970 e acabando em 1999, em Portugal a média da participação em eleições legislativas situa-se a meio da tabela de um conjunto de cerca de 12 democracias, basicamente europeias e sem voto obrigatório. Porque há algumas em que o voto é obrigatório, ou que já foi em tempos não muito distantes, como é o caso da Holanda ou da Itália, que abandonaram, e da Bélgica, da Áustria e da Grécia, que ainda mantém. Na Áustria e na Grécia o voto obrigatório tem apenas um âmbito parcial.

Portanto, aparentemente a situação portuguesa seria uma situação intermédia e não muito preocupante. Contudo, a situação portuguesa também é muito peculiar, porque começou com taxas de participação muito elevadas no contexto da transição para a democracia e depois, em meados dos anos 80 e sobretudo durante os anos 90, as taxas baixaram bastante. E se fizermos a média apenas das quatro últimas eleições legislativas, ou seja, 1999, 1995, 1991 e 1987, verificamos que com essa média Portugal ocupa o topo da tabela em termos da maior abstenção neste conjunto de cerca de doze países, a França, a Irlanda, a Espanha, o Reino Unido, etc.

Portanto, a abstenção recente portuguesa é efectivamente muito elevada em termos comparativos. É claro que também nos outros países a década de 1990 registou um forte declínio da participação eleitoral, quer na Europa, quer nos EUA...

Bom, em Portugal, em termos de eleições presidenciais, a tendência é um pouco a mesma, embora com mais oscilações. Ou seja, a tendência é também para um forte declínio, embora irregular. Partimos de uma participação de 75,4%, em 1976, e acabámos em 2001 com uma participação 50,9%

*Todavia, a participação no caso das eleições presidenciais portuguesas, foi mais oscilante. Veja-se, por exemplo, o caso das presidenciais de 86 que foram as mais competitivas e as mais polarizadas da democracia portuguesa. Estas eleições de 1986, ao contrário de todas as outras eleições presidenciais, foram inclusive mais participadas do que as legislativas de 1985 ou de 1987, conforme o termo de comparação que se queira utilizar...*

Comparando a participação nas eleições do presidente em sistemas semi presidenciais democráticos (Áustria, Irlanda, Islândia, Finlândia, França, Polónia, Portugal e Roménia), porque nos sistemas presidenciais o presidente tem uma importância maior e tal facto torna as comparações inadequadas, chegamos aos seguintes resultados:

Excluindo a Áustria, que como disse tem voto obrigatório nas eleições presidenciais, verificamos que a média da participação portuguesa na eleição do presidente da república situa-se a meio da tabela, para o período 1970-2001.

Todavia, também nas eleições presidenciais, a dispersão em torno da média é das mais elevadas de todas as democracias com regimes semi presidenciais. Por isso utilizei outras medidas para avaliar comparativamente a participação dos portugueses, nomeadamente os valores mínimos e máximos. Neste aspecto, há uma nota curiosa e não tranquilizadora: a última eleição portuguesa, de 2001, com 50,9% de participação, é a segunda menos participada de todos estes países. E aqui estou a falar de mínimo. Ou seja, mais baixo do que em Portugal só há o caso da Irlanda, com uma eleição de 46,7% de participação. Todavia, na Irlanda o presidente tem muito pouco relevo no sistema político, por um lado, e, por outro lado, se só houver um candidato, esse candidato é dado como eleito sem se realizarem eleições.

Mas o que é que explica que umas pessoas participem e outras não? Além dos tradicionais factores sociológicos (recursos, integração social e política, etc.), há também factores estritamente políticos... Por exemplo, eu comparei a média da participação nas legislativas e nas presidenciais, entre os anos 1970 e 2001, nas democracias com regime semi presidencial. Verifiquei que, no conjunto de países referido, as eleições legislativas são sempre mais participadas do que as presidenciais, salvo na Finlândia, em França e na Polónia. Um parêntesis: não é correcto comparar os regimes semi presidenciais com regimes presidenciais (tais como os EUA), porque nestes o presidente tem muito maior relevo no sistema político.

Bom, sabemos que na Finlândia e em França o presidente tem um papel de muito maior relevo no sistema político do que em Portugal. A Polónia é um caso que eu confesso que não conheço muito bem, mas aí a importância da figura presidencial terá muito provavelmente ficado marcada pelo facto de, durante a transição para a democracia, o seu ocupante ter sido um dos homens mais importantes no derrube do regime comunista. Em Portugal, exceptuando as muito polarizadas e competitivas presidenciais de 1986, verifica-se que os eleitores parecem atribuir menor relevância política às eleições presidenciais do que às legislativas.

Assim, podemos dizer que aquilo que está em jogo em cada eleição poderá ser um factor (estritamente político) determinante nos níveis de participação, quer entre eleições de diferentes tipos, quer entre eleições do mesmo tipo.

Eu não fiz isto para as eleições locais, mas estou quase certo que, apesar da proximidade, a taxa de participação nas eleições locais é, em média, menor do que é nas legislativas e nas presidenciais. Exactamente porque o factor importância das eleições, o seu carácter mais ou menos decisivo, e com maior ou menor impacto no funcionamento do sistema político, é um factor que leva as pessoas a participar mais ou menos. Aliás, nesta linha de raciocínio é que se compreende que seja exactamente em França e na Finlândia que a participação eleitoral é maior nas presidenciais do que nas legislativas: o PR tem nestes países, face a Portugal, maiores poderes constitucionais e, por outro lado, a própria prática política tem confirmado esse maior relevo que a lei fundamental lhe confere.

Passo assim para outros factores que poderão explicar porque é que umas pessoas participam e outras não, muito embora a acção destes factores possa ser variável consoante as conjunturas (políticas, económicas, sociais) e o tipo de actos eleitorais (eleições, referendos, etc.).

A abstenção e a participação eleitorais têm múltiplos significados e múltiplas causas... Por exemplo, a abstenção tanto pode ser interpretada como activa ou como passiva. E o mesmo

se poderia dizer para a participação... Assim, podemos ter uma participação meramente passiva (apenas cumprimento do dever...) nos países onde o voto é obrigatório: a pessoa pode não se informar sequer e não estar minimamente sensibilizada com as questões, mas apesar de tudo tem de participar, sob pena de sofrer sanções.

A abstenção pode ser passiva, como quando se deve a factores sociológicos tais como o isolamento (social e/ou geográfico), o défice de recursos (instrução, rendimento, profissão, etc.), etc. Ou ainda quando resulta de uma menor integração política (desinteresse pela política, etc.). Mas também pode ser uma abstenção activa ou ideológica. Desde logo pode ser resultante de uma recusa do próprio sistema político e da legitimidade do sistema democrático. Poderíamos incluir neste tipo os anarquistas... Portanto, neste caso trata-se de uma abstenção activa, consciente, que resulta de uma forte mobilização política.

Mas também podemos ter uma abstenção activa nos casos em que, embora os cidadãos não ponham em causa a legitimidade do sistema político, a abstenção resulta de um descontentamento conjuntural com o funcionamento do mesmo ou com determinados partidos com que os cidadãos mais se identificam... e que leva os eleitores a optarem deliberada e conscientemente pela abstenção como uma forma de expressão política... Por exemplo, determinados eleitores em vez de mudarem o seu sentido de voto, por estarem descontentes com a prestação do partido em que votaram, poderão encontrar uma saída alternativa, um escape, na abstenção.

Os dados que eu tenho analisado apontam para que este fenómeno da abstenção tenha sido exactamente uma via de saída deste tipo e com uma importância determinante na oscilação das vitórias e derrotas dos principais partidos políticos... Por exemplo, nas vitórias do PSD em 1987 e 1991 a abstenção penalizou fortemente a esquerda e beneficiou aquele partido. Portanto, a abstenção foi um factor crítico nestas vitórias do PSD. Em 1995 foi a vez de a abstenção funcionar como uma via de saída para os simpatizantes do PSD. Daí que uma parte importante da esquerda, o PS, capitalizou com este fenómeno.

Penso que o meu tempo está a acabar e, por isso, terminava deixando algumas notas sobre outros factores que explicarão o crescimento da abstenção recente em Portugal.

Em primeiro lugar, o já conhecido problema da abstenção técnica, que apesar da limpeza dos cadernos eleitorais em 1998 continua bastante elevada.

Mas há outros factores possíveis, como sejam, por exemplo, a convergência política e programática dos partidos, nomeadamente dos dois partidos centrais (PS e PSD)... E isso torna mais difícil aos eleitores distinguir as diferenças e, por isso, torna mais custoso o acto de votar, para usar aqui as expressões da teoria dos custos e benefícios do acto de votar. Torna mais custoso, mas se calhar também cria uma certa sensação de inutilidade do voto...

Outro factor que poderá estar na base deste declínio da participação é o declínio da capacidade de mobilização dos partidos políticos. Nomeadamente em Portugal, mas também na Europa. Os chamados os "partidos de massas" têm vindo a perder muitos militantes e sabe-se que este tipo de partidos eram os que tinham (e têm) maior capacidade de mobilização, sobretudo dos chamados "eleitores periféricos" (com menores recursos e com menor integração social e política).

Um outro factor para explicar a abstenção é o carácter mais ou menos polarizado e competitivo das próprias eleições. Quando as eleições têm um vencedor adquirido, e as presidenciais de 1991 e 2001 ilustram muito bem isso, há em geral maior desmobilização. Aliás, as legislativas de 1999 foram também muito pouco participadas, mas a campanha efectivamente também não foi muito mobilizadora...

Uma última nota, para fazer a ponte com o José Manuel Mendes, uma última linha de explicação que resta testar e aprofundar é aquela que sustenta que, cada vez mais, uma percentagem crescente de cidadãos vai utilizando como forma de participação privilegiada a participação política extra eleitoral, em detrimento do voto. Bom, isso é verdade, mas eu acho que, nem de perto nem de longe, nem em Portugal nem nas democracias ocidentais, tal crescimento compensa o declínio na participação eleitoral... Portanto, pela minha parte termino agradecendo à APS o convite que me fez para participar neste debate e passaria a palavra ao José Manuel Mendes.

## 2 Democracia e Participação Política

**José Manuel Mendes**

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O meu registo vai ser diferente, pois vou partilhar convosco algumas dúvidas e reflexões a propósito do trabalho de campo que estou a fazer, há um ano precisamente, em Canas de Senhorim. Eu sei que o Movimento para a Restauração do Concelho de Canas de Senhorim suscita reacções extremas, mas estou lá há um ano e vou partilhar convosco algumas reflexões e algum debate teórico a que tive necessidade de recorrer para tentar compreender o que se está a passar em Canas de Senhorim.

O meu objectivo, quando comecei o estudo, era tentar perceber qual era a lógica do movimento de protesto, quais os argumentos avançados, os recursos a que recorrem, os aliados e os adversários que são definidos pelos dirigentes do Movimento. E isto para tentar perceber uma mundaneidade, uma prática quotidiana de protesto. E apercebi-me que é uma população bastante politizada. Basta dizer que ontem o 25 de Abril foi comemorado com um cordão humano de mil pessoas de mãos dadas à volta da freguesia, com transmissão nos principais noticiários televisivos. A encerrar as comemorações foi queimada a esfinge do presidente da Câmara de Nelas, um acto simbólico de sacrifício e uma forma de atrair os meios de comunicação social. É uma estratégia de apresentação pública do Movimento.

A nível da teoria, acho pouco pertinente distinguir velhos e novos movimentos sociais, dado que todos têm uma componente cultural e identitária. Mas, no meu caso concreto, ao acompanhar estas pessoas, homens e mulheres, verifiquei que havia uma grande participação das mulheres, o que me obrigou a dar mais atenção à componente lúdica do protesto, e ao papel das emoções e da violência na construção das identidades pessoais e colectivas. As emoções são lidas por mim como formas explícitas de definir o processo de negociação de relações sociais e das identidades, e também como um processo de confluência e de conflito de memórias sociais distintas (Despret, 1999).

O Movimento que estou a estudar não é homogéneo: há diferentes memórias, desde o operário que trabalhou na Companhia de Fornos Eléctricos, que tinha mil operários, ou na Empresa Nacional de Urânio, que chegou a ter 900 operários. A localidade de Canas de Senhorim era um núcleo operário muito forte, onde os partidos de esquerda e extrema-esquerda tinham uma forte implantação. E esta memória operária está presente ainda hoje. Por exemplo, as comemorações locais do 25 de Abril, para alguns dos participantes do Movimento, ficaram aquém das expectativas porque foi uma acção pacífica, sem relembrar o verdadeiro 25 de Abril.

O principal objectivo do meu estudo de caso é tentar perceber como é que os diferentes actores, e neste caso os líderes, os participantes, as mulheres, estabelecem e consolidam as suas teias de relações numa hierarquia de credibilidade local, para utilizar o conceito de Howard Becker (1970).

Outra componente também importante na minha análise é as questões morais, ou seja, a avaliação das acções dos adversários e dos possíveis aliados, inclusive o sociólogo que está presente, numa escala, numa lógica moral e de valores. Mas uma lógica de quotidiano, de presença-ausência.

Por outro lado, estou também a trabalhar à volta da noção de categorias de indignação, recorrendo um pouco ao trabalho desenvolvido por Luc Boltanski (1999, 1990). Tento ver quais as categorias de indignação que o movimento mobiliza, que aproveita, e que bebe também no trabalho do sociólogo, dado que alguns já leram um esboço que escrevi. Faz parte do contrato eles lerem tudo o que eu escrevo e darem o *feed back*. Mas também não só, dado que também analiso quais as categorias de indignação que são legitimadas e que estão presentes nos meios de comunicação social, como é que os diferentes articulistas e colunistas se têm posicionado perante o caso de Canas de Senhorim, que como sabem, não

é consensual e suscita reacções bastante extremas e emocionadas. Também procuro verificar quais as categorias de indignação legitimadas pelos analistas e pelos cientistas sociais.

Depois vou relembrar um ou dois episódios em que efectivamente a acção do Movimento foi contestada, e todos os meus colegas quando comecei a investigação tiveram uma reacção negativa, o que ainda é mais desafiante para o meu trabalho de tentar compreender quem são e o que fazem, e quais são os seus objectivos.

Quanto às categorias da indignação eu quero, junto com os participantes do movimento, atender às categorias comuns da indignação. E indagar quais são as condições que permitem o distanciamento para se produzir a crítica. Como é que as pessoas, que recursos, que categorias mobilizam para se distanciarem do sistema político, da não participação política. Não votam desde 1999 em nenhuma eleição, portanto o boicote é constante. E é assumido como um acto de resistência, um acto de acção política contra o sistema político vigente. Se é legítimo ou não, depois poderemos no debate tentar perceber o porquê, e quais são as consequências, porque é difícil implementar e manter o boicote, porque há sempre pessoas que querem votar e tal implica acções coercivas.

E a pergunta também que faço é que democracia e que participação existe nesse processo de mobilização. Eles têm reuniões semanais, todas as semanas infalivelmente. E metade dos participantes são sempre mulheres. Depois podemos analisar também o papel das mulheres, a violência e as mulheres, e o extremar de posições. Foi uma grande surpresa para mim, eu não sabia que o Movimento tinha uma presença de mulheres tão forte. Mas a liderança não tem mulheres, que é outra coisa engraçada, que podemos depois analisar no debate.

Uma pergunta a que eu também tento responder é qual é o processo de democratização, porque a liderança todas as semanas é submetida a uma crítica das suas acções. E nenhuma acção é empreendida sem ser discutida em colectivo. E isto não é normal ver em instituições, e coloca grandes dificuldades. Há um processo de negociação, e eu tento ver quais são as estratégias que o líder e os membros mais próximos utilizam na relação com os seus seguidores e com os meios de comunicação, com os órgãos políticos, etc.

Eu lembro que na Assembleia da República estão projectos de elevação de Canas de Senhorim a concelho do Bloco de Esquerda, do PSD e do PP. O único partido que nunca apresentou um projecto a favor de Canas é o PS, que é visto como o grande obstáculo e o grande adversário quanto à elevação de Canas de Senhorim a concelho.

O processo de presença no terreno, o diálogo com os actores e a escrita, levou-me ao diálogo com alguns autores e, para mim, um dos mais importantes é Chantal Mouffe e o seu conceito de pluralismo agonístico. Ou seja, a ideia central de que efectivamente uma democracia para sobreviver, e contra uma democracia deliberativa de Habermas, tem que dar espaço à dissidência, institucionalizar um pouco a lógica do conflito e da dissidência. Uma democracia tem que ser pluralista. Sei que no terreno depois é muito difícil conciliar as diferentes posições, não esquecendo que isto é uma luta local. Mas tem que se ver até que ponto este localismo, no seu localismo às vezes extremo, é um localismo que dialoga com as forças nacionais e regionais, e se é ou não um localismo potenciador de diferentes acções. Convém também não esquecer que há muitas pessoas da localidade que residem em Lisboa, que fazem pressão junto dos órgãos de comunicação, junto dos partidos políticos, e que participam em todas as acções que o Movimento leva a cabo na capital.

Por outro lado, também dialogo um pouco com Michael Schudson (1998) que, no seu último livro, *The Good Citizen*, chama a atenção para a ilusão que é a ideia de um cidadão totalmente informado e participante. Ou seja, a ideia de que o cidadão para participar o suficiente na vida política tem que estar suficientemente informado. Schudson propõe que em vez da noção de cidadão onisciente e omnisciente de todas as suas acções e todas as implicações das mesmas, se fale de um cidadão que monitoriza a vida política. E aquilo que interessa ao cidadão, aquilo que tem relevância para a sua vivência, isso sim vai-se exacerbar. E o que eu tenho verificado em Canas de Senhorim é uma relevância da vida política e dos partidos políticos a nível local que motiva paixões e exacerba posições.

Agora passando directamente ao estudo de caso, e analisando um pouco a lógica da violência e da coerção que é exercida. Falando das diferentes memórias que se entrecruzam, o 25 de Abril deles não é o de 74, excepto para os operários, o 25 de Abril deles é o 25 de Abril de 99. Ainda ontem nos cafés toda a gente relembra o 25 de Abril de

99. Não sei se os presentes se lembram, mas nas comemorações do 10 de Junho na EXPO naquele ano, quando tocava o hino nacional, os manifestantes de Canas assobiaram e chamaram fascista ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República. Isto teve um impacto negativo a nível nacional muito grande, mas também o objectivo do Movimento é que se fale do Movimento de uma maneira ou de outra. Mas, esta é uma memória que está presente e não pensem que foi consensual. Há indivíduos no Movimento para quem os símbolos nacionais são quase sagrados e aquela acção foi uma profanação dos símbolos nacionais. Para percebermos como é que eles chegam a este extremo, temos que perceber que os líderes tinham estado na semana que precedeu o 25 de Abril em greve de fome em frente da Assembleia da República. E nunca foram recebidos nem atendidos por nenhum partido. Isso foi considerado uma ofensa moral às suas reivindicações e uma ofensa, segundo eles, ao aspecto humanitário da própria acção política.

Há uma grande desconfiança do poder central e de tudo o que seja extra local. Inclusive eu, como sociólogo, foi muito difícil entrar no terreno e permanecer - porque há sempre uma justificação constante no terreno – e isto porque é uma população muito politizada.

As sessões semanais são autênticas sessões de sociologia, de análise de conteúdo, em que tudo o que é produzido sobre eles é analisado. Vídeos, jornais, a imprensa, é tudo analisado à lupa, com leituras nas entrelinhas. Claro que o seu objectivo é saber quem está a favor e quem está contra, e onde é que devem fazer mais pressão. Porque é uma sociologia pragmática e com objectivos políticos explícitos. O analista não está presente. Mas recorrem aos argumentos e aos recursos que o sociólogo lhes dá. Por exemplo, pediram-me, fazia parte da negociação da minha entrada no terreno, que eu fizesse uma sessão pública, com colegas da Universidade de Coimbra, geógrafos e cientistas políticos, sobre o poder local. E a sessão foi feita com grande participação e perguntas das pessoas sobre a reforma da lei eleitoral, a reforma das autarquias, o papel das juntas de freguesia, os partidos políticos e a sua presença na sociedade portuguesa. Portanto, é uma população muito informada e até mais informada do que o sociólogo.

Só que também aqui temos que recorrer ao conceito de dilema ideológico de Michael Billig (1988), ou ao de ambivalência ideológica de William Gamson (1992), porque há aspectos que não são coerentes. Os próprios discursos dos actores e dos líderes não são coerentes na relação com os partidos nacionais, com o governo, com as instituições, com o Presidente da República. Eles pensam, por exemplo, que têm um aliado no Presidente da República. Tentaram aliciar o Presidente da República para uma compreensão do seu processo, e não é por acaso que um seu assessor tem acompanhado e reunido com representantes do Movimento. Isto não é um segredo, porque tem sido referido publicamente por várias vezes. O facto de o Presidente da República quando os recebeu a 10 de Junho do ano passado em Viseu ter publicamente, perante as câmaras, perdoado ao Movimento o terem-no chamado fascista, é um acto simbólico público muito importante para se analisar.

*Há uma mobilização de uma entidade nacional, em que são reintegrados no todo nacional, apesar de continuarem a recusar a acção política através do voto. Esta distância em relação ao poder instituído, à democracia não, mas ao poder instituído, há razões para isso. Por exemplo, nas eleições para a Junta de Freguesia, marcadas para o próximo dia 27 de Maio vai concorrer uma lista apresentada pelo PSN, com vários pilotos da Força Aérea inscritos. Esta possibilidade do poder político intervir numa lógica local, numa hierarquia de credibilidade e numa hierarquia moral locais, as pessoas da localidade não compreendem. Não conseguem perceber como é possível um sistema político instituir uma lógica que permite que pessoas externas à comunidade local possam participar e concorrer para a vida política local. Este é um aspecto que vai influenciar as suas opiniões quanto ao poder político instituído.*

E eu presenciei esta recusa do exterior, esta recusa simbólica de um poder instituído de cima para baixo. Porque se há uma coisa que posso falar é de um populismo presente no movimento, um populismo não num sentido negativo, mas de um populismo em que se recusa uma versão elitista e uma versão da política de cima para baixo. Se formos ver os elementos da liderança do Movimento, não estão lá os grandes líderes da freguesia, os grandes senhores terratenentes da freguesia não estão presentes no Movimento. Aliás estão ostracizados, porque há uma lógica populista de igualdade e o líder sente obrigação de a manter. Este ressurgimento do Movimento nos últimos anos deriva directamente desta lógica



populista de diálogo com todas as pessoas e com a população. Nas reuniões semanais em geral estão presentes 30 ou 40 pessoas, que são os mediadores locais da opinião. Não queria chamar líderes de opinião, mas são os mediadores locais que depois fazem a ponte com o resto da população.

Um episódio marcante para mim foi numa das últimas eleições (de três em três meses são marcadas eleições para a Junta de Freguesia) onde o PSN também concorreu. Na lista figurava o líder deste partido, que propôs apresentar-se presencialmente na localidade para a constituição das listas. As pessoas tinham-no avisado de que ele não seria bem vindo à freguesia, mas o que é certo é que no dia marcado lá estava. E, simbolicamente, quem estava junto da entrada da Junta de Freguesia eram só mulheres. Só as mulheres é que estavam presentes naquele local. Também tem uma lógica estratégica, que é o facto de as autoridades policiais não prenderem nem baterem tanto nas mulheres como nos homens. Pouco depois da hora marcada apareceu o líder do PSN no seu carro. As pessoas rodearam o carro e tivemos muito perto de um linchamento local. A GNR, que tem um posto mesmo ao lado da Junta de Freguesia, não actuou. Ficou nos seus limites territoriais, no interior do jardim. Há aqui também um problema que se coloca, pois este localismo é também um desafio à autoridade do Estado.

É claro que eu estou a falar num episódio extremado e radical. No debate podemos tentar nuancear e precisar quais são as frentes estratégicas. Porque, por exemplo, o líder não tem uma estratégia radical. O líder tem uma estratégia negocial em que tenta mobilizar os diferentes partidos. Foi ele que mobilizou o PSD, aliás ele foi do PSD e foi vereador da Câmara de Nelas pelo PSD. Ele tenta mobilizar os partidos numa lógica negocial, só que ele só se pode manter como líder se der oportunidade aos radicais de actuarem.

Por exemplo, a acção de ontem do cordão humano, é uma acção *soft*, uma acção que mostra solidariedade, que legitima o movimento, que mostra uma grande força, mas não tem a componente de radicalismo e de presença junto do espaço nacional que outras acções poderiam ter. E este diálogo local/ nacional, de inserção num sistema político, vem pôr em questão, e para dialogar um pouco com o que disse o André Freire, a relação dos cidadãos com o poder político. A abstenção é uma abstenção activa e coerciva. Apercebi-me de que existem pessoas que gostariam de votar e eles explicitamente não deixam votar. O que... enfim, é impossível conseguir um consenso de 4 mil eleitores. Não é um boicote universal, mas como tem um objectivo político aqueles que querem votar são vistos como uma minoria.

A componente partidária é muito forte. É preciso não esquecer que as pessoas que estão no movimento são de diferentes partidos, do PS, do PSD e do PP. E que ninguém vota. Nas minhas entrevistas, no contacto que eu tenho tido com eles, a sua identificação partidária é muito forte. E para os que são do PS custa-lhes muito abdicar da identificação partidária e entrar num boicote que vai contra o partido no governo, que é o seu partido. Mas essa abdicção é negociada, é difícil, é a tal ambivalência ideológica. Eles não concordam com o boicote, mas também têm uma grande ambição de ser concelho, e há aqui um jogo difícil de identidades e de processos que é difícil de conciliar.

E há pessoas que são contra a violência, e o Movimento tem marcado algumas das suas acções pela violência. Por exemplo, noutra acção do Movimento que observei, que foi a apresentação do programa Polis em Viseu, com a presença do engenheiro Guterres, que eles boicotaram pura e simplesmente. Mas aí foi um acontecimento não previsto, foi um efeito perverso da não recepção do Movimento pelo primeiro-ministro. Havia uma reunião marcada nesse dia em Viseu, e foram recebidos por um assessor e não pelo primeiro-ministro. E depois os ânimos exaltaram-se e acabou por conduzir efectivamente à violência.

A grande surpresa que eu tive é que os grandes mentores, os elementos mais radicais, mesmo nas propostas apresentadas nas reuniões, são as mulheres. Disso não há dúvida nenhuma. São as mais radicais e as mais violentas. Têm uma ideologia, eu entrevistei várias, têm uma ideologia política explícita.

E agora para acabar, outra pergunta que me coloquei foi a seguinte: como é que este conflito, estas ambivalências ideológicas são ultrapassadas? Por uma ideologia de familismo e de irmandade. O facto de uma grande parte dos indivíduos da localidade terem trabalhado na mesma empresa, terem sido trabalhadores da mesma empresa e terem tido uma socialização laboral parecida, vai anular as diferenças e tensões político-partidárias, vai manter uma certa coesão, que é artificial, segundo alguns, mas que se vai legitimar pela ideologia da igualdade e da irmandade.

Depois no debate poderemos aprofundar este ponto. Obrigado.

### Referências

- Becker, Howard (1970), *Sociological Work. Method and Substance*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Billig, Michael *et al.* (1988), *Ideological Dilemmas. A Social Psychology of Everyday Thinking*. London: Sage.
- Boltanski, Luc (1990), *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Despret, Vinciane (1999), *Ces émotions que nous fabriquons. Ethnopsychologie de l'authenticité*. Le Plessis-Robinson: Institut Synthélabo.
- Gamson, William (1992), *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schudson, Michael (1998), *The Good Citizen. A History of American Civic Life*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

### 3 Ciência, Ambiente e Risco

**Eduarda Gonçalves**

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das empresas

Muito obrigada à Maria das Dores pelo convite para aqui estar. Para já queria pedir desculpa se a minha voz falhar a meio do percurso porque com estes tempos, raros em Maio, acontecem algumas surpresas. Mas com um ambiente destes a pessoa até esquece que está com gripe.

Vou abordar ou procurar abordar a temática que nos foi sugerida das relações entre ciência, ambiente e risco, segundo uma dada perspectiva – haveria certamente outras formas de o fazer.

Vou começar por uma evidência, que é a de que as sociedades contemporâneas são actualmente marcadas por novos tipos de riscos. Entre esses novos tipos de riscos assumem particular notoriedade os riscos ambientais e de saúde pública e são eles, como todos sabemos, que têm estado na base de múltiplas controvérsias públicas, que têm ocorrido um pouco por todo o lado, incluindo em Portugal. Os exemplos são inúmeros, vou citar apenas alguns para refrescar a memória. A controvérsia sobre a BSE; o mais recente caso da febre aftosa; os problemas dos resíduos industriais perigosos, da incineração; das dioxinas; para além de problemas relativamente mais antigos, pelo menos apercebidos como mais antigos, como os da poluição em geral, ou de dimensão global, como as mudanças climáticas.

São apenas alguns exemplos de riscos ambientais ou de saúde pública que todos temos a sensação de que facto se vão multiplicando. E não será por acaso que alguns sociólogos têm aproveitado a oportunidade para tentar teorizar estes (presumivelmente) novos riscos. Ulrich Beck e Anthony Giddens são aqueles de que toda a gente ouve falar.

Eu gostaria de começar por sublinhar algumas das teses básicas de autores como Beck, a minha referência será o Ulrich Beck, antes de sugerir implicações destas abordagens e procurar orientar a discussão, no final, em duas direcções de certo modo complementares: a questão da universalidade, ou não, das teorias sobre a sociedade de risco e a das eventuais particularidades da entrada da sociedade portuguesa nesta mesma “sociedade de risco”.

As ideias fundamentais de Beck são, designadamente, e antes de mais, a de que naquilo a que chama a “modernidade avançada”, a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos.

*Beck e outros autores sugerem que aos conflitos tradicionais, isto é, aos da sociedade industrial, que se centravam sobretudo na distribuição de recursos escassos, os conflitos que tendem a dominar o debate público nas sociedades contemporâneas incidem não apenas sobre a distribuição mas, cada vez mais, sobre a produção, a definição e a distribuição dos riscos causados pelo próprio sistema industrial e tecnológico; em suma, pela própria sociedade industrial.*

Toma-se consciência de que os recursos que constituem a base da riqueza nas nossas sociedades estão cada vez mais poluídos, de que crescem as forças destrutivas. Deixámo-nos, no fundo, de nos preocupar com os usos da Natureza de forma utilitária como até hoje, mas estamos cada vez mais preocupados com as consequências graves do próprio desenvolvimento industrial.

Uma segunda grande ideia destas teorias da sociedade de risco é a que sugere que a sociedade, os cidadãos, os grupos sociais, à medida que se apercebem destes novos tipos de riscos, se tornaram reflexivos. Isto é, a sociedade reconhece cada vez mais a necessidade de reflectir sobre o modo de regular os riscos que ela própria criou.

As implicações desta abordagem e da realidade que está por detrás sobre aquilo a que se poderia chamar a ideologia iluminista ou ideologia moderna, são várias. Há designadamente

implicações, no plano ideológico, sobre o modo como as sociedades industriais têm compreendido a relação do Homem com a Natureza. Todos nós sabemos que aquilo que nos é sugerido desde o nosso “fundamento” ou raízes judaico-cristãs até à nossa era, é que a Natureza está ao serviço do Homem, quer dizer, o Homem deve controlar a Natureza. A ideologia moderna sobre a ciência tem acompanhado, ou tem de alguma maneira sido utilizada ao serviço dessa ideia do controlo da natureza pelo homem.

A ideologia da ciência moderna associa ciência a progresso. A ciência, entendida como essencialmente boa, serve ou pode dar os instrumentos ao homem precisamente para o uso e controlo da natureza, natureza essa que deve ser utilizada ao serviço da produção de riqueza, da satisfação das necessidades humanas.

A ideologia da ciência moderna é também marcada por um modelo de ciência entendida como descoberta das leis naturais, imanentes na natureza: a ciência descobriria, leria, não incidiria, não transformaria, a tecnologia é que teria essa função.

Ora bem, estas duas grandes ideias, sustentáculos da ideologia moderna - uma certa ideia da relação do homem com a natureza, uma certa ideia do que é a ciência e do que é a função da ciência, hoje - sugerem os teóricos da sociedade de risco, são postas em causa por duas vias. De um lado, pela percepção, cada vez mais generalizada, de que as soluções tecnológicas conduzem a consequências gravosas e indetermináveis sobre o ambiente e mais genericamente sobre a humanidade. De outro lado, a ideologia da ciência moderna, sobretudo o mito da sua objectividade e neutralidade, surgem também tendencialmente questionados quando se toma consciência de que, com o aumento da capacidade das tecnologias, cresce a incalculabilidade das consequências da aplicação dessas tecnologias. E, à medida que a ciência é cada vez mais usada ao serviço de aplicações tecnológicas e ao serviço dos próprios processos de decisão política, torna-se também claro, aos olhos de todos, que há incertezas na ciência, que a ciência nem sempre pode dar a resposta que é necessária, por exemplo, para regular os novos tipos de riscos emergentes nas sociedades contemporâneas.

Nós poderíamos dizer, focando agora a atenção na questão da ciência, que esta se encontra hoje numa espécie de encruzilhada, porque por um lado ela perde - estou também a socorrer-me de sugestões teóricas sobre esta matéria -, a aura de neutralidade e objectividade que a marcara até há pouco, porque é vista também como uma causa dos problemas da sociedade pós industrial. Mas, por outro lado, é à ciência que cada vez mais se vão procurar as soluções para os novos problemas: quer as soluções tecnológicas, quer os fundamentos das decisões de gestão dos riscos. Não é por acaso que se estudam e se discutem metodologias, incineradoras por exemplo, para resolver o problema dos resíduos industriais criados pelo aumento da capacidade industrial e da capacidade produtiva. E é também claro que é cada vez mais à ciência que os poderes públicos vão buscar a informação sobre a qual apoiam as suas políticas, as suas decisões, particularmente nestas áreas do risco ambiental e de saúde pública.

Parece paradoxal, mas a ciência de facto apresenta-se hoje como uma medalha de duas faces, a “boa” e a “má”. É vista ao mesmo tempo como causa e como solução destes problemas.

Além disso, a ciência é cada vez mais indispensável para, como também tem sido escrito, tornar visíveis certos riscos que são invisíveis ao homem. Estou-me a lembrar do caso recente de mais um novo risco, o do urânio empobrecido - aquele célebre debate que bem merecia ser estudado - e da dúvida suscitada quanto a saber se estão ou não estão os militares que morrem com doenças estranhas, contaminados pelo urânio. Foi à ciência - lá iam os nossos pesquisadores com aquelas maquinetas a detectar - que se foi buscar a visibilidade para aquilo que não é visível.

Portanto, a ciência de facto está confrontada, por um lado, com uma imagem potencialmente desgastada: receios, desconfianças. E, por outro lado, é cada vez mais procurada para responder às novas necessidades de gestão dos riscos.

Uma questão que me parece central neste quadro é a de saber como é que se devem gerir os riscos em termos que garantam aquilo que alguns autores (e sobre isto a Luísa falará certamente com mais conhecimento de causa) chamam desenvolvimento sustentável. No fundo, é a conciliação da produção de riqueza, que ninguém nega que é importante, com a salvaguarda do ambiente e da saúde pública.

Julgo que neste contexto faria sentido introduzir uma quarta palavra no título desta sessão das “Noites de Sociologia” - mas eu também percebo que os títulos destas conferências têm que ser simples e incisivos... -, uma palavra como democracia ou que tivesse a ver com o sistema político.

A razão pela qual no fundo as questões do ambiente e da saúde pública têm sido tão politizadas e criados, tendo sido criados até partidos políticos e associações sociais em torno da defesa destas causas, tem muito a ver com o facto de elas porem em cima da mesa a questão do sistema político, da organização dos processos de decisão. Parece-me que é aqui que teóricos da sociedade de risco não vão muito longe. Parece-me até que as sugestões que vêm de autores como Beck nesta matéria são relativamente incipientes e potencialmente contraditórias.

Por exemplo, escreve Beck que “as instituições legais e as instituições científicas da sociedade industrial entraram em colapso na sociedade de risco”. Não vejo onde é que entraram em colapso! De facto, não parece ser o caso. Ele próprio, este autor, chama a atenção para o facto de a gestão dos riscos, em sociedades ditas industriais ou pós-industriais, continuar a ser feita largamente em moldes tecnocráticos e “naturalísticos”, isto é, com base largamente nas ciências naturais. É sobretudo às ciências naturais que continua a ir-se buscar o parecer, a informação científica sobre a qual apoiar a avaliação dos riscos. E acrescenta aquele autor que a gestão de riscos se tem baseado numa visão da natureza que exclui as aflições das pessoas e os sentidos social e cultural que lhes estão associados.

Por isso sugere a “desmonopolização do saber”, enfim, uma reestruturação dos mecanismos de funcionamento dos processos de decisão das mesmas sociedades industriais, que permita responder à emergência de um público reflexivo que pretende participar mais activamente nos processos de decisão; mecanismos que permitam entrar em linha de conta, não só com o aporte, que é evidentemente indispensável, das ciências exactas naturais, das tecnologias etc., mas - de uma maneira, pelo menos tão relevante quanto essa - das sensibilidades sociais, das percepções de risco das populações mais ou menos directamente afectadas. E para isto deverá contar-se também com o contributo das ciências sociais e humanas.

As duas questões que gostaria de abordar nesta parte final da minha exposição são estas: uma primeira questão que se pode pôr em relação, quer à realidade empírica da emergência dos novos riscos, quer às propostas teóricas que têm sido apresentadas em torno da sociedade de risco, uma questão que parece que nos pode interessar a nós neste contexto em que vivemos, é a de saber até que ponto é que a teoria da sociedade de risco é susceptível à aplicação universal?

Os textos de Beck e de outros autores têm muitas vezes sido entendidos ou lidos como reflexo da sociedade alemã ou das sociedades consideradas tecnologicamente mais avançadas, não dando, digamos, resposta, ou não permitindo idênticas leituras, para outras sociedades menos desenvolvidas. Uma questão que me parece interessante analisar e discutir neste contexto é a seguinte: como é que se está a fazer a globalização dos riscos, com o aumento ou redução das desigualdades?

Beck sugere algo um pouco polémico que é a ideia de que enquanto a pobreza é hierárquica o “smog” é democrático. Ricos e pobres seriam afectados de igual modo pela poluição, por exemplo. Mas ele próprio contra-argumenta, respondendo a potenciais críticas a esta ideia de que os novos riscos igualizam, são democráticos, são iguais para todos.

É óbvio que um dos problemas que se põem numa sociedade global, ou globalizada, é o da transnacionalização dos riscos ou dos fluxos de riscos, sobretudo com uma economia em que o comércio tende a ser quase totalmente livre. Os riscos não respeitam fronteiras.

Mas convém também não esquecer que nesta sociedade sem fronteiras ou com fracas barreiras à circulação das actividades económicas e dos produtos, as indústrias mais poluentes são transferidas para os países mais pobres, e estes têm mais dificuldade em responder a necessidades e a riscos do que os países mais afluentes. Um dos grandes desafios no futuro será certamente o de encontrar mecanismos de regulação das actividades económicas à escala global, incluindo a regulação dos riscos, que hoje em dia só existem embrionariamente. Há, portanto, nesta globalização dos riscos um risco de outro tipo.

*Não tem havido, de facto, uma evolução do sistema político, inclusivamente uma globalização do sistema político, que responda à globalização dos riscos. E para terminar*

*este ponto gostaria de recordar uma frase, que julgo ser da Susan Strange, que me parece interessante, quando diz que os riscos estão a ser “produzidos pela indústria, externalizados pela economia e individualizados pelo sistema legal” (o qual não mudou tanto como eventualmente seria necessário pois continua a assentar numa base liberal), “legitimados pela ciência e minimizados pela política”. Eu penso que este retrato simplificado sugere de facto que o sistema político não evoluiu à altura das necessidades da sociedade de risco.*

Uma segunda pista que poderia abrir-se, retomando a mesma questão de saber até que ponto é que a sociedade de risco pode ser vista como uma sociedade global, ou as teorias da sociedade de risco lêem adequadamente os fenómenos em causa em vários pontos do mundo. É a questão de saber como é que os riscos são apercebidos, estes novos riscos, e geridos à escala nacional? Se há diferenças entre os países do norte e do sul - eles são, como indicámos, mais ou menos evidentes -, também as há certamente entre países europeus, por exemplo. O caso português sugere pistas de análise interessantes nesta matéria.

Em Portugal, temos “sofrido” por assim dizer, as crises das vacas loucas, da co-incineração, do urânio enriquecido, para não falar em outras que a Luísa se calhar vai referir.

Primeiro, todos estes casos - alguns tiveram os seus contrapontos noutros países e na União Europeia - geraram num país como o nosso, tradicionalmente entendido como um país cuja sociedade se mobiliza pouco, é passiva, geraram debates públicos de grande amplitude, na maior parte dos casos, largamente cobertos pelos “media”. As estatísticas comprová-lo-ão, mas uma análise qualitativa revela também que esses debates manifestaram, pode dizer-se, um crescimento da consciência de certos sectores da população portuguesa em face dos riscos ambientais.

Poder-se-á dizer que emerge um público mais reflexivo em Portugal em relação a estas questões ambientais e de saúde pública nos últimos anos.

Segundo, poderá afirmar-se que a ideologia da ciência moderna foi recebida tardiamente em Portugal e sobretudo em contextos recentes associados a este tipo de controvérsias. Portanto, o recurso ao parecer dos cientistas, a encomenda de estudos, o discurso político que nos vem dizer que o que os cientistas nos recomendarem é o que vamos fazer, é um discurso relativamente novo em Portugal. E foi de alguma maneira induzido pela incorporação de dimensões da sociedade de risco neste país.

Do mesmo passo, tornam-se mais perceptíveis e mais explícitas, designadamente por via dos meios de comunicação social, as incertezas, as divergências e os conflitos entre cientistas. E daqui decorre, julgo eu, uma contradição interessante: é que se, por um lado, o sistema político, as autoridades ministeriais, sugerem manter hoje em dia com a ciência uma relação de confiança, que toma o lugar da relação de afastamento, de desprezo e de indiferença de há uns anos atrás, a imagem pública com que a ciência nos aparece nos meios de comunicação, no discurso dos grupos ambientalistas, pelo menos no discurso de alguns grupos ambientalistas, é uma imagem de alguma desconfiança: desconfiança no sentido de atitude mais crítica em relação à mensagem que nos vem dos cientistas.

Um terceiro e último ponto é que aquelas controvérsias recentes em Portugal também têm permitido assistir a movimentações interessantes, diversificadas, do lado de determinados sectores da comunidade científica. O que é que nós vemos? Vemos que alguns sectores da comunidade científica, nestes novos contextos do risco, têm aproveitado para afirmar e reforçar um estatuto tradicionalmente desvalorizado. O caso dos arqueólogos, por exemplo no caso de Foz Côa.

Noutros contextos, vemos cientistas, por exemplo os peritos chamados à comissão independente da co-incineração e ao respectivo grupo de trabalho médico, a responder à chamada do poder político para o estabelecimento de formas institucionalizadas de cooperação e apoio da ciência à decisão.

Por outro lado ainda, vemos grupos de cientistas, não quero citar nomes, na sua qualidade de cientistas, envolvidos nos movimentos sociais que criticam o parecer e a opinião de outros cientistas. Estes são apenas alguns exemplos de movimentações (risadas) em várias direcções, a que se assiste hoje em dia na comunidade científica portuguesa.

De tudo isto parece que resultam – e já ultrapassei o meu tempo – resultam tensões particularmente curiosas em Portugal, no que se refere à relação entre ciência, risco e

ambiente, e eu acrescentaria, mais uma vez, democracia, sugerindo que o sistema político português mostra mais dificuldade em europeizar-se, em adoptar a “cultura política” europeia, do que certos sectores mais activos da sociedade portuguesa.

A sociedade está mais flexível, está digamos mais europeizada, na medida em que se envolve neste tipo de debates públicos e nas atitudes, nas posturas que mantém, revela uma evolução no sentido da adesão a novos valores (designadamente de defesa do ambiente) e a novas práticas (socialmente mais activas), enquanto o poder político está agora, tardiamente e por vezes com alguma dificuldade, a incorporar no seu discurso e na sua prática aquilo que outros países europeus já fizeram pelo menos desde a 2ª Guerra Mundial. Obrigada.

### 3 Ciência, Ambiente e Risco

**Luísa Schmidt**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Muito boa noite, também queria começar por agradecer este convite à APS e à Maria das Dores Guerreiro.

Devo dizer que, depois da Eduarda ter falado sobre a questão da confiança e/ou desconfiança nos cientistas, fiquei tentada em revelar alguns dados do IIº Inquérito do OBSERVA (Os Portugueses e o Ambiente), que estive a analisar hoje, e que têm justamente a ver com muitos dos problemas que ela aqui levantou. Mas infelizmente não o posso fazer, porque os resultados vão ser apresentados na próxima 4ª feira (na FLAD) e se falasse deles hoje, seria uma traição aos meus colegas de Inquérito... Fica o aviso para quem quiser lá aparecer.

Centrando-me no tema destas Noites – Ciência, Ambiente e Risco – ao qual a Eduarda acrescentou uma 4ª componente - a Democracia – eu aproveitaria para falar ainda de algo que é inerente à própria democracia – a Comunicação – e, nela, a comunicação científica por via dos meios de comunicação social. Estes desempenham um papel crucial na articulação entre estas três, ou melhor, entre estas quatro questões - ambiente, ciência, risco, democracia -, sobre o qual tenho reflectido teoricamente e, de certo modo, agido empiricamente. Se é um facto que o saber é produzido pelos cientistas, a sua democratização faz-se fundamentalmente por via mediática. Os *mass media* são os agentes fundamentais na passagem desse saber para a sociedade civil, para a sociedade de massas, e no próprio processo de reflexividade da ideia de risco.

Ora, esse papel, essa função desempenhada pelos *media*, levanta desde logo dois problemas que seria interessante discutir aqui hoje. Por um lado, o problema da divulgação do discurso científico e de como transformá-lo em discurso leigo. Pois, por mais que as condições científicas sejam objectivas, elas nem sempre são objectiváveis para a opinião pública, sobrando aos *mass media* muita margem de manobra sujeita a interpretações e também a manipulações. Isto é, entre a realidade científica que comprova a existência de um problema, a a possibilidade de o manipular na sua divulgação e a consciência que dele se pode ter, vão enormes e complexas distâncias. E isso é algo que custa muito aos cientistas, mas faz parte das regras do jogo comunicacional... E quanto mais complexo é o assunto maior a margem de manobra que sobra para interpretar e manipular. Por exemplo, ao contrário da linear contagem dos golos num desafio de futebol, a noção de quantidade aplicada a uma questão como as dioxinas, remete para o domínio da pura magia, porque ninguém as entende, e é extremamente difícil “traduzi-las”...

Mas, por outro lado, só quando estes problemas ambientais são formatados pela opinião pública – sobretudo através dos *media* – e, portanto, transmutados de factos técnico-científicos para factos políticos e éticos, é que adquirem, não só dimensão social, como até esperança de poderem ser resolvidos. Isto porque, se os problemas não são consciencializados pela opinião pública, também não desencadeiam a consequente acção política e/ou a alteração de comportamentos - ambas necessárias à sua resolução. A solução dos problemas ambientais tem que passar pela pressão sobre as decisões políticas, e pelo envolvimento directo das pessoas, das populações. Por exemplo, reduzir as emissões poluentes dos carros pelo facto de estas acelerarem o efeito de estufa, passa por grandes medidas de política de transportes, mas também pela vontade individual de cada um. E se não existir uma alteração intencional nos hábitos, pouco se pode fazer.

Portanto, “presos” por ter ou por não ter divulgação mediática, os factos ambientais para serem compreendidos, e as políticas ambientais para serem seguidas, estão efectivamente muito dependentes do conhecimento que se possua sobre eles, bem como da divulgação que deles se faça. E aí, de facto, os meios de comunicação social assumem um papel



absolutamente estratégico como intérpretes e tradutores desses saberes - dos saberes técnicos e científicos - numa sociedade onde o conhecimento é, cada vez mais, um recurso estratégico.

Nessa sua acção tradutiva, gostava de sublinhar quatro tarefas, quatro funções principais que os media têm desempenhado. Uma delas é a influência nas agendas políticas; a outra é a inculcação do que podemos chamar uma certa “cultura ambiental comum”. Depois, a Eduarda já falou nisso, uma função que se prende com a nova dinâmica que os problemas ambientais e os factores de risco adquiriram actualmente, tornando-os um tema central da modernidade (se calhar por isso é que os estamos a discutir aqui hoje), e que lhes é proporcionado pelo ênfase da transmissão mediática. A quarta e última função, tem a ver com a integração da opinião pública como factor constitutivo dos próprios problemas ambientais – algo a que os cientistas das ciências físicas resistem a admitir...

Começando pela primeira função - a influência dos mass media nas agendas políticas -, é sabido e reconhecido o papel activo dos media enquanto agentes de promoção e mudança dos problemas ambientais. Eles transmitem, instalam e impõem os problemas, transformando-os em inquietações públicas que, por sua vez, vão accionar a preocupação dos políticos e a consequente implementação de medidas políticas.

Os estudos que se fizeram - e foram muitos - concluem que muito da história das preocupações ambientais se recorta pela própria história da sua divulgação. Há várias análises que estabelecem correlações positivas entre o “sobe e desce” das preocupações públicas com o “desce e sobe” das projecções mediáticas... Estou-me a lembrar de um estudo, realizado num estado norte-americano, cuja autora (C. Ader) aponta uma contradição ao constatar que a preocupação pública com os problemas ambientais aumentara exactamente na fase em que os índices de poluição se haviam reduzido substancialmente. A explicação estava nos *mass media* que, justamente nessa altura, tinham incidido no assunto, fazendo uma série de reportagens sobre os problemas de ambiente da zona e inflacionando, conseqüentemente, a inquietação pública...

Além do mais, muitas vezes, os *media* cumprem também um papel fonte promordial de informação, já que o público terá pouco acesso a outras fontes, sendo muitas vezes a única forma de distribuição dos conhecimentos ambientais, sobretudo em fenómenos que escapam aos nossos sentidos. Faço um parêntesis para dizer que, segundo o Inquérito do OBSERVA, quase 90 por cento das pessoas declaram conhecer, saber e obter informação sobre ambiente sobretudo através da televisão, e, em seguida, através das rádios e jornais. Claro que isto também depende das sociedades, mas na nossa existe sem dúvida uma grande “dependência mediática” no que respeita à informação ambiental. Outro dado que aponta neste sentido é o próprio despoletar da inquietação ambiental: mais de 70% dos inquiridos referem que o primeiro acontecimento que memorizaram, chegou-lhes por via televisiva.

Há estudos ligados, por exemplo, à questão nuclear, onde se evidencia esta “dependência”. Elíseo Veron fez uma análise sobre o acidente da central nuclear de Three Mile Island, em 1979, nos Estados Unidos, onde conclui que, se não fossem os meios de comunicação social, o dito acidente não teria passado de mais uma “pane” no sistema técnico da central, conhecido apenas pelas pessoas que lá trabalhavam. Ou seja, se os responsáveis da central tivessem conseguido ocultar o que se passou no segundo reactor, impedindo a fuga de informação, nunca teria sucedido o marcante acontecimento - “Acidente Nuclear de Three Mile Island” – e todas as consequências sociais, económicas e políticas dentro e fora dos EUA que ele gerou, obrigando ao reforço generalizado das medidas de segurança das centrais nucleares, pelo menos no mundo ocidental. De igual modo, Ulrich Beck, a propósito de Chernobyl, sublinha o papel decisivo dos media na divulgação do acidente, até por estarem em causa riscos que escapam completamente às nossas percepções sensoriais.

A segunda função que os meios de comunicação social desempenham, tem a ver com a inculcação do que se pode designar como “cultura ambiental comum”. Ao cadenciar a frequência na transmissão dos valores ambientais, eles ajudaram a criar vectores culturais de certo modo transversais que, apesar de absorvidos e interpretados de maneiras obviamente diferentes, conforme os públicos que as recebem, acabam por traçar algumas linhas de agregação, e mesmo “reservas de significados partilhados” entre os diversos membros de uma sociedade e até de várias sociedades. Porque há representações ambientais que, de facto, à custa de se divulgarem, acabaram por se generalizar

culturalmente, pelo menos entre os “ecologistas de sofá” que proliferam no mundo ocidental... Entre nós, vê-se isso sobretudo no caso das gerações mais novas que são os grandes consumidores dos documentários sobre o fabulário da vida animal - selvagem e tropical – e que já a integraram como preocupação comum.

Há casos como, por exemplo, o do Panda, que se transformaram em verdadeiros símbolos da cultura (ou do culto?) ambientalista. O bicho presta-se bem a isso – até por ter aquela sensível mancha negra que mais parece uma “lágrima” ao canto do olho –, mas, sem dúvida, que a maior parte das pessoas não teria qualquer imagem do Panda nem desenvolveria qualquer sentimento em relação a ele, se as televisões não tivessem arvorado num dos animais de culto do ambientalismo internacional.

Idem para o caso das baleias. Não foi certamente o romance de Melville (*Moby Dick*), mas sim as repetidas séries televisivas, que fizeram com que se instalasse um sentimento de preocupação generalizado quanto ao futuro das baleias. E quem diz o Panda e as Baleias, diz também a carismática ave coberta de crude, projectada como símbolo da catástrofe ambiental por excelência, e que até serviu para simbolizar a Guerra do Golfo – de modo a “impressionar” o mundo, e revoltá-lo contra Hussein, Isto, apesar de se tratar de uma imagem forjada e, sobretudo, apesar das mortes humanas, nunca mostradas...

De facto estes símbolos continuamente passados e repisados pelas televisões, vão criando esses “links” culturais intra e extra-sociedades, sendo certo, no entanto, que se está a considerar apenas um mínimo denominador de representações ambientais comuns.

Pois, de resto, a importância atribuída pelas diferentes opiniões públicas às diferentes questões ambientais mediatizadas, varia muito conforme os contextos histórico-sociais onde as questões ocorrem. Esses contextos são fundamentais para explicar a figura de *high* ou *low profile* adquirida por um problema ambiental, condicionando a sua promoção ou despromoção públicas.

Veja-se como problemas idênticos têm efeitos completamente diferentes conforme os contextos ou locais onde são vividos, gerando, numas vezes, um grande interesse público, e noutras passando quase despercebidos. Basta pensarmos, por exemplo, para o caso português, na questão da coincinação de resíduos industriais *versus* a da incineração de resíduos sólidos urbanos (RSU). Tecnicamente a incineração de RSU, se considerarmos a emissão de dioxinas, é potencialmente tão ou mais grave do que a coincinação de resíduos industriais. No entanto, parece que publicamente ninguém deu pela instalação das duas incineradoras de RSU existentes em Portugal; enquanto a coincinação teve, e tem, o impacto agitado que todos conhecemos. O assunto merecia uma análise mais aprofundada para perceber o que pesou nesta diferença abissal das reacções públicas perante casos de risco quase semelhantes.

Outra situação interessante é perceber porque é que certos assuntos objectivamente pouco graves provocam e geram reacções públicas muito mais violentas e intempestivas, do que outros problemas bastante mais gravosos. De novo, em Portugal, temos a questão das lixeiras e dos aterros. Quando se decidiu selar as lixeiras e substituí-las por aterros sanitários controlados - uma medida muito mais correcta do ponto de vista técnico e muito mais benigna do ponto de vista ambiental - tal provocou uma grande reactividade popular, aparentemente incompreensível, pois estava em causa uma melhoria. Contudo, se fizermos a genealogia da questão do lixo e analisarmos a génese das suas representações (como tive ocasião de fazer através da televisão), verificamos que tal reacção prende-se eventualmente com raízes representacionais que articularam de forma persistente o lixo à pobreza, à desordem e ao desprezo político. E, portanto, há uma espécie de transferência do próprio problema ambiental “lixo” para o “problema social do “esquecimento e desprezo políticos” de que as populações se ressentem. Ou seja, a propósito daquela questão “lixo”, outros problemas, alojados noutras memórias do tecido social, emergem, e são eles que levam, talvez em parte, as populações a reagir.

*É, de facto, muito importante, na análise dos efeitos mediáticos, levar sempre conta as referências que um assunto invoca. Tudo depende dos contextos sociais, políticos, económicos, culturais, onde se gera a efectiva preocupação pública, e as chamadas «ressonâncias culturais» que uma determinada questão pode desencadear numa época e num local específico. Ou seja, a cobertura dos meios de comunicação social por vezes*

*não chega para criar inquietações. Muito assuntos têm necessidade de ter um eco em atitudes e experiências anteriores, antes de poderem ser considerados importantes.*

É isso que explica, por exemplo, que uma série de artigos alarmistas sobre a questão das chuvas ácidas, em três países diferentes – Alemanha, Suécia e Inglaterra – tenha desencadeado, nos primeiros dois países, um efeito público mobilizador das populações e, em Inglaterra, um efeito quase neutro. É que, tanto na Alemanha como na Suécia, um dos factores que mais pesou nessa reacção pública, foi o facto de a floresta (ao contrário do que se passa em Inglaterra) ser, social e culturalmente, muito importante; as chuvas ácidas “ecoaram” e feriram o imaginário público das populações daqueles países. Já uma campanha contra a gasolina com chumbo foi um verdadeiro rastilho público em Londres, onde o *smog* ainda está bastante fresco na memória das pessoas.

Também em Inglaterra se explica o sucesso de uma campanha mediática a favor das focas - «Save our Seals» levada a cabo em 1988 - por remeter para a evocação de «crenças culturais profundas» tais como o infringir da ética da poluição do mar. Alguns estudos indicam que foi só depois do caso das focas (vitimadas às centenas por um vírus) que mobilizou de tal modo a opinião pública - a ponto de levar a própria “dama de ferro” a forjar um discurso ambientalista na Royal Academy of Sciences - que as tevês passaram a incluir nos seus quadros jornalistas especializados em ambiente e a alargar a sua programação ambiental.

Noutras vezes são “cachos de fenómenos” encadeados uns nos outros que levam a que algo que estava submerso, se desencadeie e alastre. É o caso do Love Canal - ocorrido em 1978, perto das Cataratas do Niagara nos EUA - em que uma série de descargas clandestinas (e ocultadas durante anos) de resíduos industriais altamente tóxicos obrigaram, mais tarde, à evacuação de todos os bairros residenciais construídos em cima dos solos contaminados. A relevância mediática adquirida então pelo assunto, explicou-se também pelo alerta gerado por uma série de poluições químicas anteriores – como por exemplo Seveso (quando em 1976 uma fábrica italiana libertou uma nuvem de dioxinas, implicando a evacuação da população). Ou seja, a poluição em Love Canal parece ter acontecido no «momento certo», quando certas circunstâncias atingiram o “ponto de reboçado” para suscitar o interesse da imprensa.

Há imensos exemplos, mas o que é interessante reter aqui, é que notícias idênticas resultam com efeitos diferentes, em países diferentes, dependendo dos respectivos contextos históricos e culturais e das memórias colectivas desses públicos. A eficácia da popularização produzida pelos *media* depende muito do eco prévio de um assunto, das referências que ele desencadeie (nos jornalistas e/ou no público) e do tal momento certo em que ocorre.

Pois, a maior ou menor exaltação da preocupação pública - ou da reacção positiva ou negativa das populações - resultará muitas vezes da inter-relação entre, por um lado, a acção das reportagens mediáticas e, por outro, as atitudes, crenças e valores culturais pré-existentes, e, claro, também as conjunturas políticas em que tudo isso ocorre.

Passando à terceira função crucial desempenhada pelos *media*, que se prende com a dinâmica nova que eles incutiram aos problemas ambientais, e com a capacidade de os renovar, projectar e impôr como grande preocupação das sociedades modernas. De facto, o ambiente que ainda há escassas dezenas de anos não existia nas culturas públicas - para além dos saberes empíricos das sociedades rurais tradicionais - tornou-se, por via da sua expansão mediática, um dos temas mais vivos e centrais das culturas modernas. Giddens e Beck chamam bastante a atenção para essa centralidade crescente das questões ambientais, que cobre uma enorme amplitude, pois, vai desde a crise ambiental global com consequências sem precedentes no actual modelo de crescimento económico, e que a Eduarda já referiu, até ao mais micro sentido individual – o da “insegurança ontológica” - com a sensação de medo e risco que marcam e condicionam as próprias opções culturais, de lazer e de consumo.

A ponto de os fenómenos ambientais surgirem aos olhos da sociedade como novos - não porque não existissem antes - mas porque mudou a sua configuração e a sua escala. Isto é, claro que os problemas ambientais não são novos em si próprios: Benjamin Franklin já se queixava no século XVIII às autoridades públicas de Filadélfia sobre a poluição provocada pelos curtumes no rio que atravessava a cidade. Mas a sua novidade está no alcance global,

na rapidez e na capacidade destrutiva que adquiriram; está nos seus efeitos retroactivos potencialmente fatais para a civilização humana; tal como também está na nova dinâmica social que assumiram por via mediática. Os *media* despoletaram e inflacionaram a preocupação pública com os problemas ambientais.

O melhor exemplo continua a ser a bomba atómica e a questão do nuclear: antes de Hiroshima/Nagasaki o Homem não tinha a noção da sua capacidade auto destrutiva; mas, a partir de então, nunca mais se desligou dela. Contudo, o pequeno grupo afectado não bastaria para que se tomasse consciência das dimensões destrutivas do facto. Foram os *media*, sobretudo audiovisuais, que fizeram associar para sempre a imagem do cogumelo mortífero ao nuclear. Não foi através do discurso científico, mas sim da mediatização de parte desse discurso e da visualização do facto, que se adquiriu a noção de calamidade nuclear - que lançaria em definitivo a inquietação humana e que marcaria uma raiz crucial da preocupação ambientalista. A ponto de nunca mais se conseguir abafar tal imagem. Nem mesmo os esforços levados a cabo pelo Pentágono, na sequência da Segunda Grande Guerra, de financiar Hollywood para fazer filmes apologéticos do nuclear, conseguiram inverter a força do ícone, do cogumelo e o pavor do nuclear. Um pavor que ficou enraizado, que ressurgiu violentamente com Chernobyl e que, de certo modo, ressuscitou com o recente caso do urânio emprobecido, ou enriquecido... Mas isso daria outro debate...

Um raciocínio semelhante pode ser aplicado às catástrofes naturais. Com a expansão mediática - noticiários televisivos acima de tudo - uma catástrofe natural dramática que afecta as vítimas, ao ser mediatizada (com as devidas proporções ressalvadas), acaba por 'afectar' as pessoas que dela tomam conhecimento - no sentido em que as torna receosas de também poderem vir a ser vitimadas, desenvolvendo uma espécie de medo latente. Aí o visionamento é crucial e estabelece a grande diferença. Extrapolando das teorias da "cultivation analysis" aplicadas por Gerbner à questão da violência televisiva, pode dizer-se que, com a difusão visionada das catástrofes, se intensifica na cultura moderna o sentimento de insegurança.

Mais recentemente os problemas globais - como o ozono, alterações climáticas, etc. - para efeitos de opinião pública vivem exclusivamente da definição e acção mediáticas. Como não são directamente experienciados, ficam dependentes daquilo que for a sua transmissão audiovisual. Independentemente da cientificidade dos fenómenos, os *media* criam uma concepção pública específica do que é que eles significam. Por exemplo, a rarefacção da camada de ozono, para a opinião pública, quererá dizer: "um buraco aberto na atmosfera através do qual passam radiações diabólicas que nos afectam". Nada disto é exactamente verdade científica, mas é a representação construída pelos *media*, e é neles que os problemas globais adquirem existência pública (com ou sem manipulação, com maior ou menor distância à realidade científica).

Isto para dizer que a transição do discurso científico para o discurso de senso comum, aponta para a importância da construção social dos problemas ambientais. E aí chegamos à quarta função desempenhada pelo *media*, que é a integração da opinião pública como factor constitutivo dos próprios problemas ambientais.

Passo a explicar. Os problemas ambientais são factos reais, globais e complexos que alteram e constroem o comportamento humano. Isto é, têm uma realidade efectiva. Mas, ao serem mediatizados, ganham dimensões que não tinham antes. E essas novas dimensões passam a fazer parte da realidade do problema. Exemplo claro é a polémica europeia sobre os organismos geneticamente modificados (OGM) - em que, dada a dimensão mediática assumida, eles hoje já são tanto problemas da biotecnologia, como problemas do conhecimento público sobre eles - pois integram o efeito retroactivo e desdobrado da sua própria divulgação.

Por isso, quando se analisa um acidente ou um conflito ambiental ou uma polémica, é igualmente importante levar em conta tanto a "dose de realidade concreta e científica" mensurável da questão em causa, como a "dose da sua construção mediática", com ou sem manipulação. Porque o acidente ou conflito é ambas as coisas ao mesmo tempo em sentidos diferentes - e ambas são igualmente importantes - e por sua vez criam uma outra realidade que é a realidade da "preocupação pública", independentemente da gravidade e das características da questão em causa.

Jean Baudrillard ilustra esta ideia com o julgamento do desportista O.J. Simpson no tribunal de Los Angeles em 1995. Conclui que o julgamento não tinha só decorrido no

tribunal, mas ultrapassou-o, chegando a milhões de telespectadores. Ou seja, o julgamento não foi só as provas e eventos ocorridos no tribunal, que foram reais, mas também o conjunto de imagens que passaram nos ecrãs. Estas – com o conseqüente movimento que criaram – influenciaram directamente o veredicto do júri.

Uma ficção pode tornar-se realidade nas suas conseqüências; e a realidade pode assumir uma forma ficcional – uma “hiper-realidade” – constituída por vida real, por comportamentos efectivos e por imagens que influenciam e alteram a própria realidade.

Em suma, na sociedade mediática moderna, em que a opinião pública e os *mass media* são uma inerência do próprio modelo de funcionamento dessa modernidade, os fenómenos ambientais não escapam a esta lógica.

Acresce que, este novo campo de conhecimento - o do ambiente -, não é apenas mais uma simples adunção ao saber comum, como por exemplo o conhecimento das viagens astronómicas - em que tanto fazia as pessoas saberem e acreditarem, ou não, que se chegara à lua para o processo científico continuar. Neste caso do ambiente, trata-se de um conhecimento que, como se referiu, nasce marcado pelas angústias da insegurança - uma insegurança que vai desde a contaminação pessoal à ameaça global - e é isso que também lhe dá a novidade. A novidade de uma insegurança composta por um medo baseado na ideia de que é possível fazer rebentar o mundo (onde o perigo atómico constitui o epítome); e pelo problema já cientificamente calculado de que o modelo de desenvolvimento - baseado na sobre exploração insustentável dos ecossistemas - está a destruir as próprias bases de sustentação da civilização que construiu (de que as vacas loucas, a febre aftosa, e as alterações climáticas são os exemplos mais recentes).

Ou seja, há consciência de que, pela primeira vez na história, o mundo pode ser destruído por uma sucessão de gestos humanos, mas essa destruição pode ainda ser evitável. Ou até mesmo reversível, se o Homem mudar a sua actuação e estiver disposto a alterar comportamentos. Por isso é que a divulgação eficiente do conhecimento e do saber se tornam mais importantes... Porque a componente voluntarista das populações faz da construção da opinião pública um factor estratégico, e torna a expansão do saber científico uma urgência.

E queria deixar, por fim, alguns desafios a ter em conta a propósito desta reflexão. O primeiro articula-se à clássica função da transferência do saber cultivado, neste caso o científico, para a cultura de massas – com os riscos inerentes à dificuldade de traduzir realidades complexas e, portanto, susceptíveis de más interpretações. A divulgação científica correcta é decisiva, porque é através da “boa” integração dos saberes que as pessoas podem colaborar nas soluções ambientais.

O segundo desafio, é que não se trata apenas de transferir o saber, mas sim de transferi-lo bem. Para não se correr o risco de más interpretações eventualmente geradoras de condutas irracionais ou até contraproducentes. Por absurdo, ao transmitir mal a ideia do efeito de estufa, corre-se o risco de que as pessoas, em vez de reduzirem o ar condicionado, o ponham cá fora para arrefecer o efeito de estufa.

*Outro efeito negativo e perverso de uma deficiente transmissão do saber, pode ser a própria rejeição do saber. Perante a dificuldade de acesso ao conhecimento, ou perante o confronto da complexidade em jogo, ou o medo, as pessoas podem sentir-se tão humilhadas ou fragilizadas, que o rejeitam - e essa rejeição do conhecimento também se manifesta culturalmente. Entra-se em comportamentos onde o medo descamba no “medo de ter medo”, desmotivando e desmobilizando os cidadãos, e até precipitando-os em atitudes eventualmente avessas ao conhecimento a que acederam. As pessoas podem abandonar-se e pensar: “perdido por cem, perdido por mil”... Ou então, perante a aflição e a angústia, poderão adoptar práticas bizarras, suscitadas por uma incapacidade de integrar o conhecimento científico, do estilo - “o que não mata engorda” – (já tivemos, aliás, um ministro que comeu tripas para afrontar a BSE...).*

Podem também, nestes processos de divulgação do saber, gerar-se campos culturais contra-ambientalistas com radicalismos inesperados, como já está a acontecer com alguns grupos de caçadores em França, ou com as recentemente implantadas “lutas” de cães. Ou, entre nós, o caso dos touros de morte, em que assistimos ao modo como, por atitude reactiva, se transformou uma festa brava - onde se glorificava a vida até à magistral estocada

- numa espécie de “culto da barbárie” com uma valorização excessiva, não da festa taurina em si, mas do “post-mortem” do touro que passou a ser cruelmente exibido para a “TV ver”, e até por reacção aos que à festa se opõem.

Resulta de tudo isto que, quanto maior for a abertura e acesso à informação e mais sistematizada e simplificada esta estiver, mais possibilidades existem da informação ser melhor digerida e conseqüentemente facilmente transmitida

Um terceiro e último desafio tem a ver com as fortes dúvidas sobre o próprio processo de construção científica, não só quanto aos seus valores de certeza – a Eduarda já referiu o problema das incertezas e contradições científicas –, mas também quanto às lógicas políticas e económicas que sustentam toda a pesquisa científica: desde o problema do seu financiamento até aos seus reflexos na própria definição das hipóteses.

Veja-se como, durante muito tempo, houve cientistas que assumiram que, por exemplo, o problema das alterações climáticas era sobretudo uma ficção ideológica telecomandada por objectivos políticos e apoiada pelo sistema mediático; enquanto outros, pelo contrário, consideraram que a ocultação ou minimização do fenómeno resultaram de manipulações políticas e serviam interesses económicos instalados.

Um estudo muito importante a fazer seria analisar para onde se canalizam as verbas da investigação científica; quem financia o quê e quanto; que ligações perigosas existem entre poder económico, poder político e poder científico.

Seja como for, na análise destas questões ambientais e de risco não é possível prescindir hoje em dia nem da produção científica, nem da mediatização do saber científico, nem da vigilância crítica aos processos sociais em que ambas ocorrem, pois ambas são manipuláveis.

A outro nível, qualquer comunicação sobre ciência, ambiente ou risco que se pretenda bem sucedida tem de levar em conta todas as vertentes enunciadas: a cultura ambiental preexistente (base de conhecimentos de onde se parte); a cultura local enraizada (que condiciona e estrutura a recepção do problema ambiental); o dinamismo da participação e opinião adquirida por um problema; e as bases científicas que o ancoram.

E vamos ao debate...